



## **ACADEMIA MILITAR**

### **Modelo de Treino para Potenciar as Capacidades da Companhia Geral CIMIC**

**Autor: Aspirante de Infantaria Pedro Manuel Ribeiro Pinto**

**Orientador: Coronel Tirocinado de Infantaria José Manuel Duarte da Costa**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **Modelo de Treino para Potenciar as Capacidades da Companhia Geral CIMIC**

**Autor: Aspirante de Infantaria Pedro Manuel Ribeiro Pinto**

**Orientador: Coronel Tirocinado de Infantaria José Manuel Duarte da Costa**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico à minha mãe Fátima e ao meu pai Bernardo,  
pelos sacrifícios que desde sempre fizeram por mim.

Dedico à minha irmã Inês.

Dedico a todos os meus amigos que desde sempre me têm apoiado nesta caminhada.

Por último, dedico a todos os militares das Forças Armadas, especialmente os do  
Exército Português, que contribuíram para a minha formação.

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada contou com o auxílio de diversas entidades, sem as quais não teria sido possível concretizá-lo. Desta forma, gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização do mesmo.

Agradeço ao meu orientador Coronel Tirocinado de Infantaria Duarte da Costa, que sempre se encontrou disponível em me ajudar, aconselhar, corrigir e motivar na realização desta investigação.

Agradeço ao Coronel de Cavalaria Pinto de Sousa, tendo desempenhado funções no MNCG, pelos conselhos na elaboração deste trabalho e pela ajuda facultando documentos para a realização deste trabalho.

Agradeço ao Tenente-Coronel de Infantaria Jesus Carvalho, atual Comandante da CGerCIMIC, pela entrevista que me concedeu, bem como pelo tempo despendido para me ajudar na abordagem ao tema facilitando uma maior compreensão do mesmo tendo ainda de agradecer a sua ajuda pela entrega de documentos essenciais para a realização da investigação.

Agradeço ao Sargento-Chefe de Infantaria Monteiro Morgado, que se encontra neste momento a desempenhar funções no MNCG, que sempre se demonstrou disponível para qualquer assunto ajudando na procura de documentos para completar esta investigação.

Aos meus camaradas de curso pelo apoio e força concedidos nos momentos mais decisivos ao longo destes cinco anos, agradecendo especialmente ao Aspirante Aluno de Cavalaria Viana Lopes pela ajuda a todos os camaradas que se encontravam em exames abdicando das suas próprias férias.

Por fim, quero agradecer a toda a minha família, em especial aos meus pais e irmã pelo constante apoio que me proporcionaram não só ao longo deste trabalho, mas durante todas as etapas da minha vida.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Cada vez mais as operações militares são desenvolvidas no seio da população civil, constituindo-se a cooperação civil-militar como uma variável a ter em conta na condução de qualquer tipo de operações militares. Todos os Comandantes de Forças que se encontrem num determinado Teatro de Operações devem colocar na cooperação civil-militar a importância necessária, estabelecendo-se desde logo como um aspeto que terá de ser pensado. A cooperação civil-militar, de acordo com os seus conceitos base, visa minimizar o impacto da população na condução de operações militares, bem como o menor impacto da condução de operações militares na população. Assim, as capacidades que estas unidades devem possuir e o treino que se encontra associado às mesmas constitui-se como um aspeto fundamental para o cumprimento da missão. O presente trabalho tem como objeto de estudo a cooperação civil-militar, mais propriamente as capacidades e os seus treinos associados relativos a diferentes unidades neste âmbito. Como objetivos para esta investigação foram definidos os seguintes: Determinar quais as capacidades essenciais que uma qualquer unidade de cooperação civil-militar deve possuir para o desempenho das suas funções, que afeta a sua colocação num Teatro de Operações; determinar quais as capacidades existentes na Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar; determinar quais as capacidades existentes numa unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América. Neste trabalho foi utilizado o método hipotético dedutivo, completando-se com a introdução das questões que se pretendem ver respondidas e com o objetivo final do trabalho: determinar um modelo de treino que deverá ser implementado para potenciar as capacidades da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar, culminando numa possível implementação do mesmo e por comparação dos modelos de treino, se determinar o melhor.

**Palavras-Chave:** Assuntos Cívicos; Cooperação Civil-Militar; Capacidades; Modelo de Treino; Exército Português.

## **ABSTRACT**

Military operations have been carried out within the civilian population at an increasing rate, therefore it's imperative to take into account the civil-military cooperation in the conduct of any type of military operations. All Force Commanders in a certain Theater of Operations must acknowledge the importance of this aspect. Civil-military cooperation, according to its basic concepts, minimizes the population's impact on the conduct of military operations, as well as the impact of conducting military operations on the population. Accordingly, the capabilities that these units must possess and the training associated constitutes a fundamental aspect for the accomplishment of the mission. The present paper has as object of study, the civil-military cooperation, more specifically, the capabilities and associated training related to different units in this scope. The objectives of this research are: Determine the essential capabilities that any civil-military cooperation unit must possess for the performance of its functions, which affects its deployment in a Theater of Operations; determine what capabilities exist in the Civil-Military Cooperation Company; determine what capabilities exist in an identical unit in the composition of United States forces. In this paper the hypothetical deductive method was used, completing it with the introduction of the objectives introduced before and with its final goal: to determine a training model that should be implemented to enhance the capabilities of the Civil-Military Cooperation Company, culminating in the possible implementation of the same, from there and by comparison of the training models, if you determine the best training model.

**Key-Words:** Civil-Military Cooperation; Civil Affairs; Capabilities; Training Model; Portuguese Army.

## ÍNDICE GERAL

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	i
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	ii
<b>RESUMO</b> .....	iii
<b>ABSTRACT</b> .....	iv
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	v
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS</b> .....	ix
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	x
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS</b> .....	xi
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA</b> .....	4
<b>CAPÍTULO 2 - ATIVIDADE DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR:     DOCTRINA, CONCEITOS E REALIDADE</b> .....	7
2.1. Doutrina de Cooperação Civil-Militar Portuguesa.....	7
2.1.1. Definição de Cooperação Civil-Militar .....	8
2.1.2. Funções da Cooperação Civil-Militar.....	8
2.1.3. Princípios da Cooperação Civil-Militar.....	8
2.1.3.1. Princípios de Natureza Militar.....	9
2.1.3.2. Princípios de Relacionamento Civil-Militar.....	9
2.1.4. Finalidade CIMIC.....	9
2.2. Doutrina de Assuntos Cíveis dos Estados Unidos da América .....	10
2.2.1. Operações Civil-Militares, Assuntos Cíveis e Atividades de Assuntos Cíveis .....	10
2.2.1.1. Operações Civil-Militares.....	10
2.2.1.2. Assuntos Cíveis .....	11
2.2.1.3. Atividades de Assuntos Cíveis.....	11
2.2.2. Funções Principais dos Assuntos Cíveis associadas ao Comando e Elementos de Estado-Maior .....	12
2.3. Estudo da Doutrina de Cooperação Civil-Militar Espanhola .....	14

2.3.1. Estudo do Batalhão de Cooperação Civil-Militar I .....	14
2.4. Estudo da Doutrina de Cooperação Civil-Militar Francesa .....	17
2.4.1. Capacidades Inerentes Associadas aos Objetivos da Cooperação Civil-Militar .....	18
2.4.2. Capacidades Inerentes Associadas aos Meios da Cooperação Civil-Militar.....	19
2.5. Síntese Conclusiva.....	21
<b>CAPÍTULO 3 - ESTUDO DA COMPANHIA GERAL DE COOPERAÇÃO CIVIL-</b>	
<b>-MILITAR: AS SUAS CAPACIDADES E O TREINO ASSOCIADO .....</b>	<b>23</b>
3.1. Composição e Articulação da Companhia Geral CIMIC .....	23
3.2. Particularidades da Companhia Geral CIMIC.....	25
3.3. Capacidades da Companhia Geral CIMIC .....	26
3.4. Treino Associado às Capacidades da Companhia Geral CIMIC.....	27
3.5. Vulnerabilidades associadas à Companhia Geral CIMIC .....	29
3.6. Síntese Conclusiva.....	29
<b>CAPÍTULO 4 - ESTUDO DAS UNIDADES DE ASSUNTOS CIVIS DO</b>	
<b>EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS: AS SUAS CAPACIDADES E O TREINO</b>	
<b>ASSOCIADO.....</b>	<b>32</b>
4.1. Organização de Assuntos Civis .....	32
4.2. Forças de Assuntos Civis do Exército Regular .....	32
4.3. Companhia de Assuntos Civis do Exército Regular.....	33
4.3.1. Capacidades da Companhia de Assuntos Civis do Exército Regular.....	33
4.3.2. Treino Associado às Capacidades da Companhia de Assuntos Civis .....	34
4.4. Síntese Conclusiva.....	39
<b>CAPÍTULO 5 - COMPARAÇÃO ENTRE A COMPANHIA GERAL DE</b>	
<b>COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR E A COMPANHIA DE ASSUNTOS CIVIS DO</b>	
<b>EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA .....</b>	<b>40</b>
5.1. Capacidades da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar.....	40
5.2. Capacidades da Companhia de Assuntos Civis do Exército dos Estados Unidos.....	41
5.3 Comparação entre as Capacidades destas duas Unidades e o Processo para Obtenção das Mesmas .....	41
5.4 Síntese Conclusiva.....	42
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>I</b>
Apêndice A – Funções da Cooperação Civil-Militar .....	I



Ligação Civil-Militar.....	I
Apoio à Estrutura Civil.....	I
Apoio à Força .....	I
Apoio Interno.....	II
Apoio à Política Externa de Portugal .....	II
Apêndice B – Princípios de Natureza Militar.....	III
Primado da Missão .....	III
Comando.....	III
Economia .....	III
Prioritização e Concentração de Recursos.....	IV
Obrigações Legais e Considerações Humanitárias.....	IV
Apêndice C – Princípios de Relacionamento Civil-Militar.....	V
Consciência Cultural .....	V
Objetivos Comuns .....	V
Responsabilidade Partilhada.....	V
Consentimento .....	VI
Transparência.....	VI
Comunicação .....	VI
Apêndice D – Guião da Entrevista ao Comandante da Companhia Geral CIMIC.....	VII
Apêndice E – Resposta ao Guião da Entrevista ao Comandante da Companhia Geral CIMIC.....	IX
<b>ANEXOS</b> .....	<b>XVI</b>
Anexo A – Composição e Articulação da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar .....	<b>XVI</b>
Anexo B – Composição e Articulação da Companhia de Assuntos Cíveis dos Estados Unidos da América .....	<b>XVII</b>
Anexo C – Exemplo de Articulado Possível de um Relatório de Operações Civil-Militar (CMOSITREP).....	<b>XVIII</b>
Anexo D – Exemplo de Articulado Possível de um Relatório de Cooperação Civil-Militar (CIMICREP).....	<b>XIX</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Composição e Articulação da Companhia Geral CIMIC .....	XVI
Figura n.º 2 – Composição e Articulação da Companhia de Assuntos Cíveis dos Estados Unidos da América (Exército Regular) .....	XVII

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

<b>Apêndice A – Funções da Cooperação Civil-Militar</b> .....	I
Ligação Civil-Militar .....	I
Apoio à Estrutura Civil .....	I
Apoio à Força .....	I
Apoio Interno .....	II
Apoio à Política Externa de Portugal .....	II
<b>Apêndice B – Princípios de Natureza Militar</b> .....	III
Primado da Missão .....	III
Comando .....	III
Economia .....	III
Prioritização e Concentração de Recursos .....	IV
Obrigações Legais e Considerações Humanitárias .....	IV
<b>Apêndice C – Princípios de Relacionamento Civil-Militar</b> .....	V
Consciência Cultural .....	V
Objetivos Comuns .....	V
Responsabilidade Partilhada .....	V
Consentimento .....	VI
Transparência .....	VI
Comunicação .....	VI
<b>Apêndice D – Guião da Entrevista ao Comandante da Companhia Geral CIMIC</b> ...	VII
<b>Apêndice E – Resposta ao Guião da Entrevista ao Comandante da Companhia Geral CIMIC</b> .....	IX
<b>Anexo A – Composição e Articulação da Companhia Geral CIMIC</b> .....	XVI
<b>Anexo B – Composição e Articulação da Companhia de Assuntos Cíveis dos EUA</b> .....	XVII
<b>Anexo C – Exemplo de Articulado Possível de um Relatório de Operações Civil-Militar (CMOSITREP)</b> .....	XVIII
<b>Anexo D – Exemplo de Articulado Possível de um Relatório de Cooperação Civil-Militar (CIMICREP)</b> .....	XIX

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 – Possível Implementação de Modelo de Treino .....	49
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAC	Atividades de Assuntos Cívicos
AC	Assuntos Cívicos
AOp	Área de Operações
AOR	<i>Area of Responsibility</i>
Art.º	Artigo
BrigMec	Brigada Mecanizada
CCOM	Comando Conjunto para as Operações Militares
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CFC	Comandante da Força Conjunta
CIMIC	Cooperação Civil-Militar
CIMICREP	Relatório de Cooperação Civil-Militar
CITOAP	Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CGerCIMIC	Companhia Geral CIMIC
Cmdt	Comandante
CMOSITREP	Relatório de Operações Civil-Militar
COCM	Centro de Operações Civil-Militares
DestCIMIC	Destacamento CIMIC

EME	Estado-Maior do Exército
ET	<i>Ejército de Tierra</i>
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
FRI	Força de Reação Imediata
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
INCSPOTREP	Relatório Imediato Sobre Um Acidente
IPB	<i>Intelligence Preparation of the Battlefield</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
JCS	<i>Joint Chiefs of Staff</i>
JFC	<i>Joint Force Commander</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MNCG	<i>Multinational CIMIC Group</i>
N-Art.º	Não-Artigo
NH	Nação Hospedeira
NP	Núcleo Permanente
OB	Ordem de Batalha
OCS	Órgãos de Comunicação Social

ODC	Operações de Defesa Coletiva
OG	Organizações Governamentais
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ORC	Operações de Resposta a Crise
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
TCor	Tenente-Coronel
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
VICAU	Volátil, Incerto, Complexo, Ambíguo e Urbano
QG	Quartel-general
QO	Quadro Orgânico

## INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho justificar a importância da Cooperação Civil-Militar (CIMIC) enquanto imperativo na condução de operações militares atuais que consiga garantir o sucesso da missão principal. Desta forma, será realizado um estudo das várias doutrinas associadas à CIMIC, bem como uma caracterização das unidades CIMIC, das suas capacidades e do treino associado a estas e ainda da especificidade dos Teatros de Operações (TO) em que estas têm sido empregues na atualidade. Decorrente deste processo de análise pretende-se realizar uma caracterização comparativa do treino das unidades CIMIC culminando nas capacidades que estas unidades deverão possuir.

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) está incluído no Ciclo de Estudos da Academia Militar, estando associado ao Grau de Mestre em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, enquadra-se no âmbito da Organização, Tática e Logística tendo assim bastante relevância para a atividade dos militares. Com este trabalho pretende-se realizar uma análise comparativa entre as capacidades da Companhia Geral CIMIC (CGerCIMIC) do Exército Português (modelo nacional) e uma unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América (modelo internacional), tendo por base as capacidades gerais que uma unidade CIMIC (modelo teórico) deve possuir. A partir desta análise, do desvio entre as capacidades destes modelos, verificar quais destas capacidades apresentam limitações por parte da CGerCIMIC, elaborando uma proposta de implementação de um modelo de treino para potenciar as capacidades da mesma.

A CIMIC, no quadro de operações que são realizadas nos atuais TO, constitui-se como uma vertente a ter sempre presente aquando de todo o planeamento de operações militares, planeando também quando e como é que as operações CIMIC devem ser executadas. Como os atuais TO se aproximam cada vez mais de um ambiente complexo de tipologia volátil, incerto, complexo, ambíguo e urbano (VICAU), aproximando-se assim cada vez mais da população civil, este tema constitui-se como uma verdadeira motivação pois pode ser possível melhorar a atuação da CIMIC, o que irá contribuir para o cumprimento da missão principal mas também irá contribuir para que a população local obtenha a perceção



das atividades desta área, podendo melhorar as relações existentes entre a componente militar e a componente civil. Por outro lado, e de acordo com os preceitos doutrinários da CIMIC, poderemos minimizar o impacto das populações no normal decorrer de uma operação militar, bem como minimizar também o impacto das operações militares na população civil, podendo evitar a lesão de não-combatentes e da população civil.

De acordo com a pesquisa inicial efetuada foi possível verificar que a área da CIMIC já tinha sido abordada noutros trabalhos de investigação, já tinha sido alvo de investigação a sua doutrina e a possível aplicação da CGerCIMIC numa Força Nacional Destacada, mas o estudo das capacidades por esta possuída e o seu treino associado nunca tinha sido abordado. Relativamente a documentos doutrinários foi encontrada uma fonte deste género que aborda toda a doutrina CIMIC portuguesa, o Regulamento de Campanha Operações, datado de 2005, que se constitui como uma referência bibliográfica para a realização desta investigação. Quanto a normas e diretivas, aquelas que foram consultadas foram as diretivas emanadas pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) relativas à CGerCIMIC.

O objetivo geral da investigação conduz à assunção enquanto hipótese geral, de que é possível implementar um modelo de treino que seja capaz de potenciar/aperfeiçoar as capacidades da CGerCIMIC.

Com esta investigação pretende-se determinar uma possível implementação de um modelo de treino para assim potenciar as capacidades da CGerCIMIC do Exército Português. Desta forma a pergunta de partida tem de obrigatoriamente centrar-se nas capacidades da CGerCIMIC que possibilitem um melhor desempenho das suas funções. Assim, considerou-se como Questão Central a seguinte:

**“Qual o modelo de treino que deverá ser implementado para potenciar as capacidades da Companhia Geral CIMIC?”.**

Este TIA encontra-se estruturado em três partes, compostas por cinco capítulos. A metodologia constitui-se como a primeira parte deste trabalho, constituindo-se como Capítulo 1. Neste capítulo é apresentada a metodologia de base relativamente ao tipo de abordagem. Neste capítulo ainda é referido o modelo de análise, tendo como base a pergunta de partida e as perguntas derivadas que foram realizadas, bem como a definição das hipóteses efetuadas e a apresentação dos objetivos específicos.

A segunda grande parte deste trabalho é composta pelos Capítulos 2 a 5. O Capítulo 2 é denominado por “Atividade de Cooperação Civil-Militar: Doutrina, Conceitos e

Realidade” dando a conhecer os principais conceitos associados à doutrina CIMIC portuguesa e à doutrina de Assuntos Cívicos (AC) dos Estados Unidos da América (EUA), explicitando a sua definição, funções, princípios e finalidades no que é respeitante à doutrina CIMIC portuguesa, quanto à doutrina de AC é realizada a distinção entre Operações Civil-Militares, Assuntos Cívicos e Atividades de Assuntos Cívicos (AAC), sendo ainda referido quais são as funções principais dos AC a nível do Comando e Pessoal. Neste capítulo ainda é realizado o estudo da doutrina relativa à CIMIC em Espanha e em França, culminando assim na identificação das capacidades que qualquer unidade CIMIC deve possuir para melhor desempenhar as tarefas que lhe são cometidas. O Capítulo 3 é denominado por “Estudo da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar: As suas capacidades e o treino associado”, neste capítulo é realizado o estudo da CGerCIMIC culminando na identificação das suas vulnerabilidades, nas capacidades que esta Companhia possui, bem como do treino associado a cada uma destas capacidades. O Capítulo 4 é denominado por “Estudo das unidades de Assuntos Cívicos: as suas capacidades e o treino associado” sendo efetuado o estudo de uma Unidade de Escalão Companhia de AC que mais se aproxima da CGerCIMIC, resultando na identificação das suas capacidades e do seu treino associado.

O Capítulo 5, denominado por “Comparação entre a Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar e a Companhia de Assuntos Cívicos do Exército dos Estados Unidos da América” é onde se efetua a comparação das capacidades existentes entre estas duas Companhias.

A terceira grande parte deste trabalho é composta pelas Conclusões e Recomendações e pelas Referências Bibliográficas. Nas Conclusões e Recomendações é onde consta a resposta à temática central realizada culminando numa possível implementação de treino por parte da CGerCIMIC para potenciar as suas capacidades.

Este trabalho tem como finalidade contribuir para a atividade operacional do Exército Português e para futuros estudos no âmbito CIMIC, uma vez que este tema se encontra cada vez mais atual no panorama militar internacional.

## CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA

Segundo Sarmiento (2013), o método hipotético-dedutivo restringe-se à formulação de hipóteses, que possuem uma maior proximidade entre si e tornam a explicação dos fenómenos muito mais simples. Estas hipóteses são posteriormente testadas com a finalidade de verificar quais são as válidas, este método constitui-se como válido pois é fundamentado a partir da reunião de observações, factos e ideias (Sarmiento, 2013).

De acordo com o conceito de método hipotético-dedutivo, este consiste ainda na criação de um problema, através da formulação de uma ou mais hipóteses para cada uma das problemáticas levantadas. O modelo de investigação hipotético-dedutivo completa-se com a introdução das questões que se pretendem ver respondidas e com o objetivo final do trabalho: determinar um modelo de treino que deverá ser implementado para potenciar as capacidades da Companhia Geral CIMIC do Exército Português.

Constitui-se como de elevada importância referir que existem três etapas fundamentais a serem validadas para a confirmação da sua competência como questão central da abordagem científica do modelo que se pretende atingir: (primeira etapa), o resultado do estudo das capacidades essenciais que uma Unidade CIMIC deve possuir; (segunda etapa), o resultado do estudo das capacidades existentes na Companhia Geral CIMIC Portuguesa e o treino que se encontra associado a estas capacidades, pretendendo-se validar esta etapa com uma entrevista realizada ao Comandante da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar e (terceira etapa) o resultado do estudo das capacidades existentes numa Unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América. De acordo com estas três etapas fundamentais a serem validadas e utilizando uma abordagem sequencialmente lógica, como objetivos específicos (OE) identificam-se os seguintes:

**OE 1:** Determinar quais serão as capacidades essenciais que uma qualquer Unidade CIMIC deve possuir para o desempenho das suas funções, que afeta a sua colocação num Teatro de Operações (TO);

**OE 2:** Determinar quais as capacidades existentes na Companhia Geral CIMIC;

**OE 3:** Determinar quais as capacidades existentes numa Unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América.

Segundo (Santos, et al., 2016) este defende que aqueles que defendem as estratégias de investigação qualitativas afirmam a existência de uma relação inseparável entre o mundo real e o sujeito. De acordo com (Vilelas, 2009), referindo-se à estratégia qualitativa, este defende que a interpretação dos fenómenos sociais e as interpretações dos mesmos é realizada tendo como base os padrões encontrados nos dados, não recorrendo à recolha de dados com a finalidade de testar teorias ou hipóteses, que é aquilo que acontece na investigação quantitativa. Tendo em conta o conceito de estratégia qualitativa e comparando esta estratégia à investigação realizada é possível afirmar que esta se focou na interpretação de fenómenos bem como destas interpretações tendo como base os dados encontrados/utilizados, assim sendo, podemos afirmar que nesta investigação o tipo de abordagem se trata de um tipo de abordagem qualitativa.

A pergunta de partida tem de centrar-se nas capacidades da Companhia Geral CIMIC que possibilitem um melhor desempenho das suas missões. Assim, considerou-se como Questão Central a seguinte:

**“Qual o modelo de treino que deverá ser implementado para potenciar as capacidades da Companhia Geral CIMIC?”.**

Desta Questão Central foram deduzidas as seguintes Questões Derivadas (QD) com as respetivas hipóteses que se pretendem validar:

**QD 1:** Quais são as capacidades essenciais que uma qualquer Unidade CIMIC deve possuir para o melhor desempenho das suas funções?

**QD 2:** Quais são as capacidades existentes na Companhia Geral CIMIC?

**QD 3:** Quais são as capacidades existentes numa Unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América?

**QD4:** Quais são as capacidades que a Companhia geral CIMIC não tem relativamente às congéneres dos EUA e que podem ser adquiridas através de processos de formação e treino?

De acordo com as questões derivadas realizadas foram formuladas quatro hipóteses, cada hipótese relativa a uma questão derivada, sendo elas:

**Hipótese 1:** Existem capacidades que podem ser consideradas essenciais para o eficiente e eficaz desempenho das tarefas de uma unidade CIMIC num Teatro de Operações no quadro de uma operação militar que se desenvolva num ambiente onde a interação Civil-Militar seja considerada importante para o desenrolar da mesma.

**Hipótese 2:** Através da análise de documentação oficial é possível determinar um conjunto de capacidades que caracterizem a Companhia Geral CIMIC, na perspectiva de salientar aquelas que são passíveis de melhorar com processos de formação e treino.

**Hipótese 3:** Através da análise de documentação oficial é possível determinar um conjunto de capacidades que caracterizem as Unidades CIMIC dos EUA, na perspectiva de salientar aquelas que são passíveis de melhorar com processos de formação e treino.

**Hipótese 4:** Através de um percurso dedutivo e de comparação é possível salientar um quadro de desvios entre as capacidades que as unidades CIMIC dos EUA comprovadamente possuem e que são facilitadoras das operações militares e as capacidades da Companhia Geral CIMIC, enumerando eficazmente essas capacidades a adquirir por esta última.

## **CAPÍTULO 2 – ATIVIDADE DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR: DOCTRINA, CONCEITOS E REALIDADE**

Este capítulo tem como finalidade dar a entender o significado de Cooperação Civil-Militar de acordo com a doutrina portuguesa<sup>1</sup> e Norte Americana, e como esta se encontra organizada nos dois países, sendo focados os principais conceitos, perspectivas teóricas e pesquisas empíricas de referência e relevantes para este estudo, constituindo-se a investigação como uma comparação entre dois países. Salienta-se que a doutrina Norte Americana é a referência para a generalidade das Forças Armadas dos países ocidentais, principalmente no que se refere a questões do treino operacional. Neste capítulo também serão abordadas as principais capacidades que uma determinada unidade CIMIC deve possuir para desempenhar as funções que lhe são doutrinariamente atribuídas. Inicialmente apresenta-se o estudo de doutrina de alguns países, as suas capacidades associadas e o treino elaborado pelas mesmas que depositam no CIMIC alguma importância, preocupando os seus elevados escalões com esta temática. No final deste capítulo pretende-se verificar se estas capacidades são comuns a este conjunto de unidades estudadas, elaborando assim um conjunto de capacidades que qualquer unidade CIMIC deve possuir para melhor desempenhar as suas funções.

### **2.1. Doutrina de Cooperação Civil-Militar Portuguesa**

Tendo como base a doutrina da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) podemos atentar a quatro fatores na aplicação da função CIMIC. Como primeiro fator, as atividades CIMIC constituem parte integrante do plano do *Joint Force Commander* (JFC) que se encontra em determinado Teatro de Operações, com vista a que seja atingido o estado final desejado. Como segundo fator, temos os elementos CIMIC de Estado-Maior (EM) que não se devem encontrar apenas integrados no comando da Força, possuindo uma visão holística das operações, como também autorizados a planear e principalmente coordenar as atividades CIMIC na Área de Operações (AOp). Como terceiro fator, na sua cooperação com entidades civis, estas devem ser apoiadas recorrendo à aplicação de meios militares,

---

<sup>1</sup> Baseada na doutrina da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)

sem nunca comprometer o sucesso da missão. Por fim, e como quarto fator, as atividades CIMIC são sempre conduzidas com o intuito de uma apropriada transição das responsabilidades e funções assumidas, para as autoridades ou organizações civis competentes de determinado TO (NATO, 2003).

### **2.1.1. Definição de Cooperação Civil-Militar**

Sempre que referimos o conceito CIMIC temos de ter presente a sua definição. Tendo como base a doutrina OTAN a CIMIC define-se como "The co-ordination and co-operation, in support of the mission, between the NATO Commander and civil actors, including national population and local authorities, as well as international, national and non-governmental organizations and agencies" (NATO, 2003).

Na doutrina nacional encontramos esta definição como sendo:

“coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força militar e os atores civis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as organizações não-governamentais internacionais e nacionais e ainda as agências” (Estado-Maior do Exército [EME], 2005).

Através da comparação destas duas definições podemos constatar que a definição de CIMIC nacional é a tradução da definição adotada pela OTAN.

### **2.1.2. Funções da Cooperação Civil-Militar**

De acordo com o Estado-Maior do Exército (EME) (2005), a CIMIC possui cinco funções principais, sendo elas: Ligação Civil-militar, Apoio à Estrutura Civil, Apoio à Força, Apoio Interno e Apoio à política externa de Portugal<sup>2</sup>.

### **2.1.3. Princípios da Cooperação Civil-Militar**

De acordo com EME (2005) estes princípios tratam-se de balizadores gerais que irão afetar a conduta das operações, estando divididos em duas grandes categorias: os princípios de natureza militar e os princípios de relacionamento civil-militar.

---

<sup>2</sup> A explicação de cada uma das funções encontra-se complementada no Apêndice A – Funções da Cooperação Civil-Militar

### **2.1.3.1. Princípios de Natureza Militar**

Os princípios de natureza militar são o “conjunto de princípios orientadores do processo militar interno os quais tornam possível o desenvolvimento e a operacionalização de um plano CIMIC e regulam a sua execução” (EME, 2005). Estes Princípios de Natureza Militar são constituídos por cinco elementos: Primado da Missão; Comando; Economia; Prioritização e Concentração de Recursos; Obrigações Legais e Considerações Humanitárias<sup>3</sup> (EME, 2005).

### **2.1.3.2. Princípios de Relacionamento Civil-Militar**

Os princípios de relacionamento civil-militar “servem de orientação para o estabelecimento e manutenção de um efetivo relacionamento civil-militar com as autoridades civis, agências, organizações e populações” (EME, 2005). De acordo com o EME (2005) estes princípios são constituídos por seis elementos: Consciência Cultural; Objetivos Comuns; Responsabilidade Partilhada; Consentimento; Transparência e Comunicação<sup>4</sup>.

### **2.1.4. Finalidade CIMIC**

De acordo com o EME (2005), a CIMIC possui três finalidades, cujas finalidades se devem complementar entre si, sendo elas: finalidade imediata, finalidade de médio prazo e uma finalidade de longo prazo. A finalidade imediata está definida como sendo:

"estabelecer, proporcionar e manter a cooperação entre o Comando de uma força militar, as autoridades civis, organizações, agências e a população, presentes na área de operações, por forma a criar condições que proporcionem ao Comandante as maiores vantagens possíveis para o cumprimento da missão” (EME, 2005).

A finalidade de médio prazo “deverá contribuir para criar e manter as condições que possibilitem atingir o estado final desejado para a operação” (EME, 2005).

---

<sup>3</sup> A explicação de cada um destes princípios encontra-se complementada no Apêndice B – Princípios de Natureza Militar.

<sup>4</sup> A explicação de cada um destes princípios encontra-se complementada no Apêndice C – Princípios de Relacionamento Civil-Militar.



A finalidade de longo prazo deverá “contribuir para serem atingidos, de um modo contínuo no tempo e na ação, os objetivos da política externa de Portugal” (EME, 2005).

## **2.2. Doutrina de Assuntos Cívicos dos Estados Unidos da América**

### **2.2.1. Operações Civil-Militares, Assuntos Cívicos e Atividades de Assuntos Cívicos**

#### **2.2.1.1. Operações Civil-Militares**

As operações civil-militares possuem como finalidade facilitar as operações militares, consolidando e alcançando os objetivos operacionais estabelecidos pelos Estados Unidos da América. Estas atividades são descritas como sendo as atividades em que um determinado Comandante estabelece, mantém, influencia e explora as relações existentes entre forças militares, Organizações Governamentais (OG) e Organizações Não-Governamentais (ONG), autoridades cívicas e com a população civil numa determinada AOp, seja ela neutra, amigável ou hostil. Este tipo de operações pode incluir o desempenho por forças militares de atividades e funções normalmente da responsabilidade do governo local, regional ou nacional. Estas atividades podem ocorrer antes, durante ou após outras ações militares, sendo que também é defendido que estas atividades podem decorrer, se dirigidas, na ausência de outros tipos de ações militares. As operações civil-militares podem ser realizadas por pessoal de AC, por outras forças militares ou por uma combinação entre estes dois tipos de forças (Joint Chiefs of Staff [JCS] 2003).

De acordo com *Joint Chiefs of Staff* (JCS, 2003) as operações civil-militares possuem algumas características:

- Ocorrem em todo o espectro de operações militares;
- O esforço relativo e os recursos atribuídos a estas operações variam de acordo com a natureza da missão principal da força conjunta. Os requisitos destas operações devem ser considerados durante os processos deliberados e de planeamento de ações de crise.

### **2.2.1.2. Assuntos Cívicos**

Os Assuntos Cívicos referem-se a unidades organizadas, treinadas e equipadas especificamente para conduzir as atividades de Assuntos Cívicos e com vista a apoiar operações civil-militares (JCS, 2003).

De acordo com o JCS (2003) as forças de AC devem ser utilizadas da seguinte forma:

- Apoiar as metas e os objetivos da Política da Segurança Nacional e do Departamento de Defesa;
- Apoiar os objetivos do comandante militar durante o decorrer de operações militares e durante programas de treino em tempo de paz;
- Apoiar o comandante da força militar em todos os níveis do planeamento, condução e execução de operações civil-militares;
- Realizar atividades de assuntos cívicos;
- Minimizar a necessidade de assumir responsabilidades pelas forças armadas associadas ao setor civil.

### **2.2.1.3. Atividades de Assuntos Cívicos**

As Atividades de Assuntos Cívicos (AAC) referem-se a atividades realizadas ou apoiadas pelos assuntos cívicos que por um lado reforçam a relação existente entre as forças militares e as autoridades cívicas existentes num determinado TO e, que por outro lado, envolvem a aplicação de habilidades associadas à especialidade funcional de AC. A utilização dos AC e a condução destas mesmas atividades irão melhorar as operações civil-militares que forem planeadas, ajudando assim a garantir que as autoridades cívicas e a população indígena compreendam o cumprimento de determinados controlos, regulamentos, diretrizes ou outras medidas adotadas pelos comandantes militares com vista a realizar as suas missões e alcançar os objetivos definidos pelos EUA (JCS, 2003).

De acordo com JCS (2003) as atividades que podem ser conduzidas pelos AC são:

- Cumprimento das responsabilidades do Departamento da Defesa em relação a populações e instituições;
- Minimizar a interferência da população civil nas operações militares e vice-versa;
- Facilitar o apoio da Nação Hospedeira (NH) às operações militares;

- Coordenar operações militares com outras agências do governo dos EUA, com Organizações Internacionais (OI), com agências e componentes militares dos governos de outros países, com ONG, com organizações sem fins lucrativos e com o setor privado;
- Estabelecer e conduzir um governo militar ou uma administração civil até que a autoridade local ou o governo civil possa ser restaurado;
- Exercer o controle militar da população civil em áreas ocupadas ou sem presença até que tal controle possa retornar a ser estabelecido por autoridades civis ou por outra força militar não americana;
- Providenciar assistência para atender às necessidades primárias da população civil;
- Providenciar conhecimento especializado em determinadas funções do setor civil;
- Apoiar os programas de trabalho em tempo de paz do Departamento da Defesa.

### **2.2.2. Funções Principais dos Assuntos Cíveis associadas ao Comando e Elementos de Estado-Maior**

As contribuições dos AC para uma operação estão relacionadas com a capacidade de analisar rapidamente os principais aspectos civis da AOp, desenvolvendo um conceito de implementação e avaliação do impacto da população civil em toda a operação (JCS, 2003).

De acordo com JCS (2003) as AAC são realizadas através das funções normais do pessoal, sendo elas:

- *Supporting* (Apoio): Fornecer o apoio de AC adequado às forças dos Estados Unidos da América;
- *Assisting* (Assistência): Auxiliar outras forças dos EUA, agências do Governo norte-americano, as autoridades civis ou militares da Nação Hospedeira;
- *Advising* (Assessoria): Recomendar ações apropriadas aos Comandantes para assegurar e manter as relações civil-militares positivas que foram anteriormente identificadas como essenciais para o cumprimento da missão;
- *Coordinating* (Coordenação): Dirigir o diálogo ou outra forma de interação direta em nome do Comandante da Força com vista a facilitar uma compreensão positiva e mútua dos objetivos e a ação do Comandante (Cmdt) para alcançá-los;

- *Analyzing* (Análise): Efetuar pesquisa, examinação, monitorização e interpretação de fatores culturais, linguísticos, sociais, políticos, económicos, militares e psicológicos (em conjunto com pessoal que efetua operações psicológicas) pertinentes de uma determinada região, país ou AOp. Avaliar as tendências em desenvolvimento que possam afetar as operações militares, como por exemplo, a migração de civis deslocados, a disponibilidade de alimentos e suplementos.
- *Informing* (Informação): Fornecer ao Comandante avaliações realizadas na AOp necessárias para o planeamento e execução de missões;
- *Planning* (Planeamento): Coordenar o planeamento com vista a empregá-lo com o Comando dos AC e outras diversas entidades com a finalidade de determinar o melhor método para apoiar as missões designadas;
- *Preparing* (Preparação): Elaborar a documentação que será relevante para o apoio a missões de AC;
- *Training* (Treino): Providenciar instrução às forças dos EUA, a militares ou a oficiais da Nação Hospedeira na identificação, planeamento e implementação de programas que são úteis para a população civil e que fortaleçam a defesa interna e o desenvolvimento da Nação Hospedeira;
- *Supervising* (Supervisão): Realizar a supervisão de pessoal dos EUA e de pessoal estrangeiro, bem como agências envolvidas no planeamento e condução de atividade de AC;
- *Evaluating* (Avaliação): Realizar a revisão e análise das AAC com vista a determinar e aumentar a sua eficácia em apoio das operações militares e na consecução dos objetivos dos EUA;
- *Assessing* (Aferição): Através da pré implementação e das avaliações realizadas no local, os AC avaliam os fatores existentes na AOp e na população existente no mesmo local;
- *Liaison* (Ligação): O pessoal que integra os AC é especialmente treinado e adequado para realizar operações de ligação civil-militar.

Em suma, comparando as definições do conceito de Operações Civil-Militares e de AAC pode concluir-se que a primeira definição envolve a interação entre forças militares e atores civis, independentemente de qual seja o TO e onde nos encontramos no espectro de operações, sempre com a finalidade de facilitar e trabalhar em função dos objetivos militares, podendo mesmo as suas missões serem executadas por elementos de assuntos civis.

Relativamente às AAC podemos concluir que estas envolvem o relacionamento entre uma determinada força militar com as entidades civis existentes numa AOp, sendo a sua finalidade o apoio à missão das Operações Civil-Militares (Gouveia, 2010). Relativamente aos conceitos de CIMIC e AC, sendo estes precisamente militares, podemos afirmar que ambos os conceitos se referem à interação existente entre as forças militares e o ambiente civil, com objetivos estritamente militares (Santos, 2014).

### **2.3. Estudo da Doutrina de Cooperação Civil-Militar Espanhola**

O conceito CIMIC (*Cooperación Civil-Militar*) espanhol é proveniente da OTAN. Este conceito estabelece as relações necessárias entre a componente militar e a componente civil que se encontram no campo de batalha, num determinado TO, com o objetivo de partilhar determinadas ferramentas comuns e operar numa determinada área. A CIMIC fornece também ligação com instituições e organizações civis presentes numa determinada zona de conflito. Fazendo uso desta ferramenta, visa-se então, coordenar todas as atividades incluídas numa demarcada operação internacional (Tortosa-Garrigós, 2012).

O objetivo da CIMIC é descrito como sendo “*establecer y mantener la cooperación plena de la población y autoridades civiles, organizaciones y agencias para crear las condiciones que ofrezcan al Comandante las máximas ventajas posibles de orden moral, material, medioambiental y táctico para el cumplimiento de su misión*” (Ejército de Tierra [ET], 2009). Ou seja, de acordo com a doutrina espanhola, o objetivo da CIMIC é estabelecer e manter uma plena cooperação da população e autoridades civis, organizações e agências para criar condições que garantam ao Comandante as máximas vantagens possíveis de ordem moral, material, meio ambiental e tático para o cumprimento da sua missão<sup>5</sup>.

#### **2.3.1. Estudo do Batalhão de Cooperação Civil-Militar I<sup>6</sup>**

Para procedermos ao estudo das capacidades associadas à doutrina CIMIC de Espanha iremos tomar como exemplo o Batalhão CIMIC I, sendo esta uma unidade do sistema de forças de Espanha responsável por desenvolver atividades CIMIC.

Todas as atividades desenvolvidas por este Batalhão estão destinadas a preparar tanto a sua instrução, bem como a obtenção de uma especialização nas suas missões a desenvolver.

---

<sup>5</sup> Tradução livre do autor

<sup>6</sup> Tradução livre do autor

Esta unidade participa com os seus diferentes elementos em exercícios nacionais e internacionais<sup>7</sup>, sendo ainda de referir a participação desta unidade em vários *workshops* e palestras sobre ajuda humanitária. (Ejército de Tierra, 2012).

De acordo com a doutrina utilizada por esta unidade, CIMIC é definido como:

*“conjunto de actividades encaminadas a conseguir el apoyo a la misión mediante la cooperación y coordinación entre el Mando de la Fuerza y el entorno civil del área donde son o van a ser empleadas Fuerza Militares. El entorno civil incluye a la población, autoridades, organizaciones y agencias locales, nacionales o internacionales, bien sean gubernamentales o no”* (ET, 2012).

Ou seja, na doutrina espanhola a CIMIC é definida como sendo o conjunto de atividades que visam atingir o apoio à missão através da cooperação e coordenação entre o Comando da Força e o ambiente civil da área onde se encontram ou onde serão colocadas as Forças Militares. O ambiente civil inclui a população, as autoridades civis, organizações e agências locais, nacionais e internacionais<sup>8</sup>.

De acordo com a doutrina espanhola, esta especifica que a CIMIC tem três funções principais, sendo estas as principais definidas também na nossa doutrina: a ligação civil-militar, apoio à ligação civil e ainda apoio do ambiente civil à força militar (ET, 2012).

A ligação civil-militar encontra-se definida pelas atividades que são realizadas para estabelecer e manter os mecanismos e níveis de relacionamento entre as unidades militares e os atores civis existentes num determinado TO. Esta ligação tem em vista reforçar a legitimidade da missão, assegurar a comunicação eficaz e ainda facilitar o desenvolvimento das outras duas funções principais. De acordo com esta função, esta unidade relaciona-se a nível local (a nível do TO) com autoridades, sendo elas Exército ou Polícia, com líderes políticos desse determinado país e organizações e ainda com líderes religiosos, ou seja, com a população civil (ET, 2012).

Relativamente a esta função encontram-se associadas algumas atividades sendo elas a comunicação com Órgãos de Comunicação Social (OCS), os meios utilizados pelas Equipas de CIMIC para a ligação são constituídos por todas as estruturas e pessoal com vista a facilitar assim a criação e manutenção de comunicação e interação com as partes interessadas. Em muitas ocasiões um dos elementos fundamentais da ligação é a utilização de intérpretes. Outras atividades descritas são ainda as atividades de ligação direta, a

---

<sup>7</sup> Exemplos de exercícios são os seguintes: Exercício “*Rubicón*”, Exercício “*Tridente*”, Exercício “*Divex*”, Exercício “*Dragón Temido*”, Exercício “*Hirex*”, Exercício “*Hamilcar*”, Exercício “*Istar*”, Exercício “*Falcon*”, Exercício “*Triton*”, Exercício “*Focex*”, Exercício “*Baluarte*” e Exercício “*Coraza audaz*”

<sup>8</sup> Tradução livre do autor

montagem de centros CIMIC, centros de coordenação de ajuda humanitária e ainda centros de operações civil-militares (ET, 2012).

Os Centros CIMIC são definidos como fóruns que facilitam a relação civil-militar, dentro destas relações este centro será o local onde são canalizados os pedidos de apoio por parte da população. Estes centros possuem quatro capacidades: Servir como principal elemento de contacto e local de reunião entre a força militar e os atores civis; Trocar informação com atores civis e obter dados sobre a situação do ambiente civil; Facilitar a ligação e coordenação entre todos os atores civis que se encontram a desenvolver ações no TO e ainda recolher solicitações/pedidos realizados pelos atores civis (ET, 2012).

Os Centros de Coordenação de Ajuda Humanitária encontram-se normalmente sob a responsabilidade de uma agência civil, sendo este o local onde as reuniões são realizadas entre todas as organizações deste âmbito, com a finalidade de trocar informações, planeamento, coordenação, determinação de apoios necessários, segurança, transporte e controlo de movimentos, monitorização, avaliação, entre outras. Tem como finalidade evitar a duplicação de esforços e recursos na mesma situação, economizando desta forma esforços e recursos e uma melhor distribuição de ajuda de acordo com as necessidades (ET, 2012).

Assim encontram-se aqui algumas capacidades das unidades CIMIC, sendo elas a capacidade de reforçar a legitimidade da missão, estabelecer uma boa comunicação entre a força militar e os OCS, sendo também uma capacidade importantíssima a criação de uma estreita relação entre a força militar e os intérpretes necessários num determinado TO. Podemos ainda realçar como capacidades a montagem de centros CIMIC, a montagem de centros de ajuda humanitária e centros de operações civil-militares, incluindo o treino e o equipamento necessário para que esta força desenvolva adequadamente as suas funções.

O apoio à ligação civil encontra-se definido pelas atividades que são realizadas com vista a apoiar as autoridades civis e organizações na execução das suas funções ou para auxiliar no apoio humanitário necessário para a população civil. A sua finalidade é desenvolver atividades para minimizar o impacto da componente civil em operações militares. Quando for definido serão realizadas tarefas de assistência humanitária adequadas à capacidade da força. Este apoio procura alcançar uma transição rápida e que envolva o mínimo de impacto, para que as autoridades civis assumam as suas responsabilidades e para que tudo isto seja coerente com o estado final pretendido de acordo com as operações militares. Em suma, este apoio consiste em duas secções principais: apoio às autoridades e organismos civis e apoio à população civil (ET, 2012).

De acordo com isto encontramos aqui algumas capacidades das unidades CIMIC, sendo elas a comunicação entre a força militar e os atores civis de diferentes ordens, o desenvolvimento de atividades que reduzam o impacto da componente civil no decorrer das operações militares, logo, têm de avaliar a componente civil de determinada AOp, conduzir o reconhecimento civil dessa mesma área. Podemos afirmar que o pessoal de CIMIC deverá também ter conhecimento sobre as ações de apoio humanitário, visto que poderão ter de auxiliar o desenrolar destas mesmas ações necessárias para a população civil.

O apoio do ambiente civil à força militar encontra-se definido pelas atividades que visam facilitar a cooperação das autoridades civis, organizações e a população civil para a projeção, implantação, sustentação e redistribuição da força assim como o apoio ao cumprimento da missão. A sua finalidade é conseguir o apoio necessário por parte do ambiente civil às operações militares desenroladas dentro da mesma área (ET, 2012).

De acordo com isto encontramos aqui mais uma das vastas capacidades das unidades CIMIC, sendo ela: conduzir, coordenar e planear operações CIMIC e a gestão de projetos para que culmine na máxima cooperação por parte da população e autoridades civis.

#### **2.4. Estudo da Doutrina de Cooperação Civil-Militar Francesa**

Na doutrina francesa, a CIMIC é definida como sendo :

*“la fonction destinée à favoriser l’intégration de la force dans son environnement humain en général et auprès des populations locales en particulier, afin de faciliter l’accomplissement de sa mission, le rétablissement d’une situation sécuritaire normale et la gestion de la crise par les autorités civiles (administration, action humanitaire, reprise économique)”* (Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d’Expérimentations [CICDE], 2012).

Ou seja, é definida como a função projetada para facilitar a integração da força com o ambiente humano em geral e para com a população local, em particular, com a finalidade de facilitar o cumprimento da missão, a restauração de uma situação de segurança normal e a gestão da crise por parte das autoridades civis (administração, ação humanitária, recuperação económica)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Tradução livre do autor



#### **2.4.1. Capacidades Inerentes Associadas aos Objetivos da Cooperação Civil-Militar**

Segundo o Centre interarmées de concepts, de doctrines et d'expérimentations (CICDE, 2012), a CIMIC possui quatro objetivos principais: Reforçar a ação militar; Contribuir para a coerência das ações de determinado TO; Acelerar a resolução de determinada crise; Contribuir para a promoção de influências francesas.

O objetivo reforçar a ação militar é definido como sendo o objetivo primordial da CIMIC, sendo ele, facilitar as operações militares que contribuem para a ação de força entre as populações envolvidas. A utilização da CIMIC minimiza os efeitos das operações militares sobre as pessoas e as tensões entre civis e militares. O apoio da população não é um fim em si, mas um meio para que a força possa cumprir a sua missão e alcançar mais facilmente os seus objetivos, sendo benéfica a ação da força em questão para as necessidades da população civil (CICDE, 2012).

Um exemplo disto é a situação ocorrida no TO do Afeganistão, onde as forças francesas enfrentavam a ameaça decorrente da utilização de dispositivos explosivos improvisados, resultando esta utilização na perda de uma rota logística numa determinada área deste TO. Devido a isto, a cadeia CIMIC entrou em contacto com a população vizinha, particularmente para avaliar as suas necessidades, identificar e implementar projetos a seu favor, estabelecendo aqui uma relação de confiança entre a força militar e a população civil. Passadas algumas semanas, as autoridades locais forneceram voluntariamente informações cruciais para a neutralização destes dispositivos explosivos improvisados (CICDE, 2012).

De acordo com esta informação encontramos aqui uma capacidade das unidades CIMIC, a minimização dos efeitos das operações militares na população civil e vice-versa bem como o estabelecimento de uma relação de confiança entre as forças militares e a população.

Relativamente ao objetivo de contribuir para a coerência das ações de determinado TO, a cooperação civil-militar traduzida num contexto/realidade operacional irá tornar as ações civis mais coerentes com as ações militares culminando na direção de um objetivo comum. A CIMIC é então definida como sendo a base de sinergia procurada entres atores civis e militares, a busca desta sinergia traduz ligações e o intercâmbio permanente de informações, culminando na harmonização dos objetivos e coerência das ações, dos atores civis e dos atores militares (CICDE, 2012).

De acordo com este objetivo é possível afirmar que as capacidades inerentes ao cumprimento do mesmo passam novamente pelo estabelecimento de uma sinergia entre as

forças militares e a população civil, podendo ser afirmado aqui que a capacidade de constituir um centro CIMIC no seio da população irá sem dúvida aumentar a confiança da população nas forças militares.

O objetivo de acelerar a resolução de determinada crise encontra-se intimamente relacionado com o apoio de atores civis envolvidos na resolução da mesma, para que se torne mais fácil a passagem da influência da força militar para esses mesmos atores civis. Visando assim facilitar o estabelecimento de atores civis especializados responsáveis por responder às necessidades vitais dessa determinada população, para ser possível a criação das condições para um retorno à pré-crise, ou seja, para que ocorra um retorno às condições iniciais antes da entrada de forças militares (CICDE, 2012).

Portanto, é possível afirmar que as capacidades associadas ao cumprimento deste objetivo passam não só pelo estabelecimento de uma sinergia entre as forças militares e a população civil, mas também por uma sinergia entre as forças militares e os atores civis.

Relativamente ao objetivo de contribuir para a promoção de influências francesas, a CIMIC contribui indiretamente para a estratégia de influência da França. Fazendo parte deste objetivo a contribuição para a recuperação da economia, que se constitui como aspeto essencial para que determinado país volte ao seu normal desempenho, a CIMIC identifica as necessidades do TO para que empresas francesas possam desenvolver as suas ações e assim responder aos problemas existentes. A CIMIC contribui para a promoção dos interesses nacionais, mas não substitui os atores especializados de determinado país (CICDE, 2012).

Desta forma pode afirmar-se que as capacidades inerentes a este objetivo são o estudo não só da componente civil do TO mas também do estado da economia de determinado país, utilizando essa informação em todo o contexto das operações a serem desenvolvidas.

#### **2.4.2. Capacidades Inerentes Associadas aos Meios da Cooperação Civil-Militar**

As capacidades existentes num determinado TO são provenientes de forças orgânicas envolvidas (forças terrestres, forças aéreas e forças marítimas) e através de pessoal especializado em CIMIC. Estas capacidades podem ser transmitidas através dos meios orgânicos das forças que se encontram num determinado conflito, do pessoal especializado em CIMIC existente e ainda pelo financiamento que estas determinadas forças possuem para desenvolver as suas ações (CICDE, 2012).

O envolvimento de meios orgânicos em auxílio da função operacional CIMIC tem como finalidade uma melhor inserção da força num determinado TO bem como o reforço da

legitimidade de toda a força, este envolvimento demonstra que a CIMIC envolve todos os atores militares. A segurança fornecida e a versatilidade da utilização dos diversos meios permite que a força seja líder nos estados iniciais do conflito proporcionando logo desde o início o apoio e suporte necessário para os agentes civis. Esta utilização de meios permite uma dualidade nos seus trabalhos, tanto em benefício da força, bem como da população civil. A utilização de meios dedicados pontualmente ou provisoriamente à CIMIC constitui-se como uma jurisdição exclusiva do Comandante da Força (CICDE, 2012).

Assim sendo, é possível afirmarmos que uma unidade CIMIC que tenha os seus próprios meios e possa fazer uso dos mesmos de acordo com a decisão do seu próprio comandante se constitui como uma mais-valia, logo estamos perante uma nova capacidade, a atribuição de meios próprios para as determinadas unidades CIMIC.

De acordo com CICDE (2012) pode ser estabelecida uma lista abrangente de recursos orgânicos que podem constituir-se como vantagens para a CIMIC, sendo eles: Logística (existirem diversas fontes, meios de transporte e de manutenção); Engenharia (trabalho de engenharia, descontaminação e especialização técnica para infraestruturas); Apoio médico; Meios de comunicação.

Por conseguinte, constitui-se como uma capacidade a existência de pessoal especializado em Engenharia, bem como pessoal com noções de apoio médico nestas unidades para que seja possível fornecer um primeiro tratamento de ferimentos aquando de determinada situação.

A cooperação civil-militar requer pessoal especializado nesta área, sendo assim possível assegurar a experiência necessária na preparação, planeamento e condução de operações CIMIC. Este pessoal especializado deve ser utilizado para constituir Células CIMIC de Estado-Maior, bem como equipas táticas de CIMIC. A cooperação civil-militar requer a aquisição de competências específicas, conhecimento detalhado dos atores civis e dos seus métodos de atuação, bem como das questões humanitárias e de desenvolvimento. Deste modo, a cooperação civil-militar requer pessoal especializado com competências técnicas e humanas (CICDE, 2012).

Constitui-se como uma capacidade a existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, a todos os níveis (estratégico, operacional e tático) para que seja exequível uma melhor introdução das operações CIMIC no plano geral da missão.

Os orçamentos para a CIMIC são adaptados às necessidades da força, estes devem ser suficientes para atender à urgência da situação de colocar uma força num determinado

território e suficientes também para financiar as ações planeadas da cooperação civil-militar. Uma das tarefas da CIMIC é ser capaz de identificar outras fontes de financiamento para o benefício de projetos onde exista oportunidade. Esta capacidade de encontrar financiamento para inicializar projetos trata-se de um dos conhecimentos da CIMIC (CICDE, 2012).

Mediante o exposto, constitui-se como uma capacidade a existência de um esforço no estudo relativo às fontes de financiamento.

## **2.5. Síntese Conclusiva**

As unidades de cooperação civil-militar para operarem e alcançarem os objetivos para o qual são pensadas, baseiam-se na sua doutrina, encontrando-se bem definido os seus objetivos, princípios e funções que se constituem como imperativos dirigidos para a eficiência do desenrolar das operações CIMIC num determinado TO, culminando na eficiência dos resultados que são pretendidos ser atingidos com a condução deste tipo de operações.

A CIMIC constitui-se como um aspeto no qual o JFC deve ter em consideração desde o início do desenrolar de qualquer missão, principalmente nos TO atuais, aproximando-se estes cada vez mais de um combate da tipologia VICAU deixando o combate designado como “convencional” de ter tanta importância que outrora possuiu. O contacto com a população torna-se cada vez mais um imperativo no desenrolar das operações militares atuais, podendo cada vez mais as operações militares serem influenciadas pela ação da população de determinada área onde estas estão a ser desenroladas. Sendo a preocupação de causar o mínimo impacto nos não-combatentes e na população uma preocupação constante na condução de qualquer tipo de operação militar, a CIMIC de acordo com o seu conceito base pretende criar desde logo uma ligação entre a força militar e a população que irá culminar no menor impacto da população na condução de operações militares e vice-versa.

Analisando as doutrinas CIMIC existentes em vários países é possível concluir que estas possuem aspetos comuns nos seus conceitos, visto que independentemente do escalão da unidade da qual nos referimos a sua forma de atuação é de todo semelhante nos TO, sendo a sua contribuição fundamental no desenrolar das operações militares atuais. De acordo com esta importância o treino destas unidades constitui-se como um imperativo para o desenrolar de operações CIMIC, tendo estas unidades de ser capazes de desenvolver determinadas ações sendo necessário possuírem certas capacidades para que o desenvolvimento das suas ações seja eficiente. Assim, e de acordo com as doutrinas estudadas pode concluir-se que

uma unidade CIMIC deve possuir algumas capacidades essenciais para o melhor desempenho das suas funções sendo identificadas as seguintes:

- Reforçar a legitimidade da missão;
- Criar e manter níveis de comunicação e interação elevados entre a componente militar e a componente civil de diversas ordens;
- Criar e desenvolver formas de atuação com os OCS;
- Criar e manter boas relações com intérpretes;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros CIMIC, bem como o treino e equipamento necessário;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária, bem como o treino e equipamento necessário;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de operações civil-militares, bem como o treino e equipamento necessário;
- Desenvolver atividades de avaliação da componente civil das diferentes AOp;
- Planear e conduzir atividades de reconhecimento civil;
- O pessoal deve possuir conhecimento em apoio humanitário e em apoio médico;
- Conduzir, coordenar e planear operações CIMIC e a gestão de projetos;
- Minimizar os efeitos das operações militares na população civil como vice-versa;
- Possuir material próprio para o desenvolvimento das suas próprias atividades;
- Existência de pessoal especializado em Engenharia;
- Existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, a todos os níveis;
- Existência de um esforço no estudo relativo às fontes de financiamento que poderão assim aumentar a sua utilização num território.

Face ao exposto e subjacente à QD 1 “Quais são as capacidades essenciais que uma qualquer Unidade CIMIC deve possuir para o melhor desempenho das suas funções?” considera-se validada a hipótese 1, concluindo-se que existem capacidades que podem ser consideradas essenciais para o eficiente e eficaz desempenho das tarefas de uma unidade CIMIC num Teatro de Operações no quadro de uma operação militar que se desenvolva num ambiente onde a interação civil-militar seja considerada importante para o desenrolar da mesma.

## **CAPÍTULO 3 – ESTUDO DA COMPANHIA GERAL DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR: AS SUAS CAPACIDADES E O TREINO ASSOCIADO**

No presente capítulo analisamos a CGerCIMIC, incluindo as suas capacidades e o treino específico associado a estas para melhor desempenhar as funções que lhe são atribuídas. De acordo com isto, veremos a sua composição e articulação e focaremos alguns aspetos como as suas particularidades, as suas capacidades e o treino associado às mesmas e as suas vulnerabilidades no que é relativo aos treinos realizados nos dias de hoje.

### **3.1. Composição e Articulação da Companhia Geral CIMIC**

“Constituir a CGerCIMIC, na dependência do CEMGFA, através do Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM), com base no Comando e três Células de caráter conjunto, em Ordem de Batalha (OB), um Núcleo Permanente (NP) que faz parte do QO do CCOM e um Destacamento por cada um dos três ramos das FFAA” (Estado-Maior General das Forças Armadas [EMGFA], 2016)<sup>10</sup>.

A Célula de Comando é constituída pelo Adjunto do Comandante e por Elementos de Ligação. O Adjunto do Comandante, como qualquer outro segundo Comandante, tem como função principal apoiar o Comandante da CGerCIMIC, normalmente é do mesmo ramo que o Cmdt CGerCIMIC e os Elementos de Ligação têm como tarefa principal estabelecer a ligação entre a Companhia com atores relevantes nas diferentes ações de CIMIC (Curso de Cooperação Civil-Militar [CCIMIC] 2017).

A Célula de Avaliação Civil possui seis principais funções: Recolher e analisar informação; Coordenar os esforços e recursos para a recolha de informações; Efetuar reconhecimentos; Elaborar a Avaliação CIMIC no apoio das operações; Apoiar na avaliação, planeamento e execução dos Planos de Operações; Elaborar Relatórios CIMIC (CCIMIC, 2017).

---

<sup>10</sup> Consultar o Anexo A – Composição e Articulação da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar

De acordo com o Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz (CITOAP, 2001), este apresenta três tipos de relatórios CIMIC sendo normalmente elaborados em todas as operações CIMIC, sendo eles: Relatório de Operações Civil-Militar (CMOSITREP)<sup>11</sup>; Relatório de Cooperação Civil-Militar (CIMICREP)<sup>12</sup> e Relatório Imediato Sobre Um Incidente (INCSPOTREP). O INCSPOTREP é enviado consecutivamente após a ocorrência de um incidente, podendo ser comparado com um RELIM<sup>13</sup> mas no âmbito CIMIC. Este relatório tem a finalidade de informar à cadeia de comando toda a informação crítica e urgente (CITOAP, 2001). Por preceito, a Célula de Avaliação Civil é normalmente chefiada por um militar da Força Aérea (EMGFA, 2016).

O Tenente-Coronel (TCor) Carvalho<sup>14</sup> refere que a existência desta Célula de Avaliação Civil se constitui como uma mais-valia da CGerCIMIC que permanentemente realiza a avaliação civil do TO para medir o impacto das operações militares no ambiente civil e vice-versa.

A Célula de Operações possui seis tarefas principais: Elaborar Planos e Ordens de Operações (Anexos CIMIC), incluindo Anexo K CIMIC da unidade apoiada; Planear, coordenar e conduzir a execução de projetos CIMIC; Elaborar e atualizar a Carta de Situação CIMIC; Elaborar o Livro de Bolso do Soldado; Elaborar relatórios de Lições Apreendidas e à semelhança da Célula de Avaliação Civil também possui a tarefa de Elaborar Relatórios CIMIC. Por preceito, a Célula de Operações é normalmente chefiada por um militar do Exército (CCIMIC, 2017).

A Célula de Logística é a responsável pela parte logística<sup>15</sup> desta unidade devendo: Apoiar a elaboração dos Planos e Ordens na área logística; Coordenar o apoio logístico para o emprego de toda a CGerCIMIC ou dos seus Destacamentos separadamente; Elaborar planos de necessidades da CGerCIMIC, de acordo com isto deve requisitar e controlar os materiais e equipamentos à responsabilidade da CGerCIMIC e ainda assegurar o apoio logístico dos órgãos da CGerCIMIC em concordância com as atividades que lhe são atribuídas de acordo com este âmbito. Por preceito, a Célula de Logística é normalmente chefiada por um militar da Marinha (CCIMIC, 2017).

---

<sup>11</sup> Exemplo de articulado possível no Anexo A Relatório de Operações Civil-Militar (CMOSITREP)

<sup>12</sup> Exemplo de articulado possível no Anexo B Relatório de Cooperação Civil-Militar (CIMICREP)

<sup>13</sup> Relatório Imediato

<sup>14</sup> Para mais informações consultar o Apêndice E Entrevista realizada ao TCor Carvalho (Cmdt CGerCIMIC)

<sup>15</sup> “Logística é a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças” (EME, 2013).

“Os Chefes das Células de Avaliação Civil, Operações e Logística (CAC01, CO01 e CL01) são os Oficiais do NP da CGerCIMIC do QO do CCOM, assumindo as funções de 2º Comandante o oficial mais antigo das três Células” (EMGFA, 2016).

Os Destacamentos CIMIC (DestCIMIC) possuem uma particularidade, de acordo com TCor Carvalho, cada um destes Destacamentos é constituído por um dos ramos das Forças Armadas (FFAA), ou seja, um Destacamento constituído apenas por militares do Exército, um Destacamento constituído apenas por militares da Marinha e o último Destacamento constituído apenas por militares da Força Aérea. De acordo com CCIMIC (2017) estes Destacamentos possuem as seguintes funções: Estabelecer e operar um Centro CIMIC; Organizar e executar encontros CIMIC; Planear, coordenar e conduzir ações CIMIC; Participar em Reuniões Conjuntas Civas/Militares; Efetuar Reconhecimentos; Efetuar troca de informação não classificada; Elaborar Relatórios CIMIC; Estabelecer ligação com atores relevantes (EMGFA, 2016).

O TCor Carvalho refere que a sua Companhia tem um efetivo de 54 elementos, sendo este efetivo ajustado e proporcional no seu ponto de vista de acordo com o desempenho das tarefas da CGerCIMIC. Cada DestCIMIC é constituído por 10 elementos, o que perfaz 30 elementos nos 3 Destacamentos CIMIC e ainda mais 24 elementos no Comando, sendo este também conjunto.

“A CGerCIMIC é normalmente empregue no seu todo (Comando, Células e Destacamentos – 54 militares), podendo ser redesenhada (não empenhamento dos 3 destacamentos) à custa de um Destacamento Misto, de acordo com as capacidades necessárias à execução da missão” (EMGFA, 2016). Excluindo o Cmdt CGerCIMIC e os Chefes de Células (Avaliação Civil, Operações e Logística) estes militares são normalmente nomeados por um período de 12 meses para pertencerem a esta Companhia (EMGFA, 2016).

### **3.2. Particularidades da Companhia Geral CIMIC**

A CGerCIMIC devido às suas finalidades possui algumas particularidades, uma delas é fazer parte do *Multinational CIMIC Group* (MNCG), esta instituição possui uma capacidade dedicada à condução de operações CIMIC, sendo que todos os seus membros são responsáveis por fornecer unidades CIMIC com características de prontidão estabelecidos pelas autoridades nacionais (EMGFA, 2016).

O Cmdt CGerCIMIC afirma que a OTAN delegou no MNCG, aquilo que remete à CIMIC, sendo este grupo o criador de doutrina que é utilizada pelos seus países membros.



De acordo com o EMGFA (2016), a CGerCIMIC está composta para orientar ações CIMIC podendo apenas apoiar uma unidade até ao escalão de Brigada com uma duração de 30 dias. Para este apoio ser concedido, a CGerCIMIC tem de se encontrar certificada e possuir as categorias de prontidão necessárias.

O TCor Carvalho refere que em termos nacionais é seguida toda a doutrina internacional da aplicação da CIMIC, pois a avaliação das companhias nacionais é uma responsabilidade nacional, portanto a CGerCIMIC é avaliada e certificada nacionalmente, só depois então em caso de ser necessário o seu emprego na OTAN esta é avaliada e certificada pelo MNCG.

A CGerCIMIC não terá apenas esta função mas também auxiliará em termos de treino, experimentação de doutrina, procedimentos conjuntos e combinados para testar e melhorar a interoperabilidade entre os destacamentos dos ramos das FFAA e ainda testar esta operabilidade com unidades idênticas pertencentes ao MNCG (EMGFA, 2016).

### **3.3. Capacidades da Companhia Geral CIMIC**

De acordo com o estudo efetuado dos subcapítulos anteriores, podemos assim afirmar que a CGerCIMIC possui várias capacidades associadas à tipologia desta unidade. Relacionando essas capacidades inicialmente com a doutrina, podemos afirmar que, de acordo com as funções CIMIC, estas podem constituir-se como capacidades desta unidade e é necessário um treino específico para que a CGerCIMIC consiga cumprir aquilo que lhe está doutrinariamente associado.

Assim sendo, das capacidades que foram elencadas no Capítulo 2, a CGerCIMIC possui as seguintes capacidades:

- Reforçar a legitimidade da missão;
- Criar e desenvolver formas de atuação com os OCS;
- Criar e manter boas relações com intérpretes;
- Criar e manter níveis de comunicação e interação elevados entre a componente militar e a componente civil de diversas ordens;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros CIMIC, bem como o treino e equipamento necessário;
- Desenvolver atividades de avaliação da componente civil das diferentes AOp;
- Planear e conduzir atividades de reconhecimento civil;

- Conduzir, coordenar e planejar operações CIMIC e a gestão de projetos;
- Minimizar os efeitos das operações militares na população civil como vice-versa;
- Existência de pessoal especializado em Engenharia;
- Existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, a todos os níveis.

### 3.4. Treino Associado às Capacidades da Companhia Geral CIMIC

A Companhia Geral CIMIC encontra-se vocacionada para atuar num TO por curtos períodos de tempo, caso esta não se encontre em atividade operacional tem como principais funções o seu treino e a experimentação de doutrina e procedimentos (EMGFA, 2014).

De acordo com CCIMIC (2017) a CGerCIMIC participou no Exercício Orion16, onde foi certificado o Comando da Companhia, bem como o DestCIMIC do Exército e participou também no Exercício Lusitano16 onde ocorreu a certificação do DestCIMIC conjunto (não orgânico) pertencente a esta Companhia. Em termos operacionais os objetivos para o presente ano são então a participação de cada um dos destacamentos num dos exercícios do seu próprio ramo, sendo eles no Real Thaw17 para a Força Aérea, Orion17 para o Exército e por fim o Contex Phibex17 para a Marinha. Já o destacamento conjunto prevê-se a sua participação no Exercício Lusitano17.

Tomando agora como exemplo e analisando o Exercício Real Thaw17, de acordo com o Cmdt CGerCIMIC, neste exercício recorreu-se à montagem de um centro CIMIC no seio da povoação principal, neste caso no centro de Beja, este centro era operado por um DestCIMIC (10 homens) e garantindo a capacidade da retaguarda encontrava-se o NP desta Companhia no CCOM (totalizando 4 homens, o Cmdt CGerCIMIC e outros três elementos, um de cada ramo das FFAA). Após montado este centro CIMIC e de acordo com os objetivos do exercício foi realizado um cenário, foram realizados relatórios de acordo com as atividades que aconteciam ao longo do dia como se de uma operação real se tratasse. Devido à montagem deste Centro CIMIC foi assim também cumprida uma das suas finalidades que é funcionar como filtro perante as solicitações que são realizadas pela população civil.

O Cmdt CGerCIMIC refere que neste exercício foram realizados os estudos da componente civil, bem como o estudo dos *Quick Impact Projects*<sup>16</sup>, tendo sido realizadas

---

<sup>16</sup> Nos termos CIMIC, um *Quick Impact Project*, trata-se de um projeto de impacto imediato que aumenta assim a visibilidade da Força para com a componente civil, aproximando e aumentando a confiança existente entre a componente militar e a componente civil.

estas ações em parceria com as autoridades locais de Beja. Exemplos de projetos de impacto imediato realizados neste exercício foram: Em parceria com a Santa Casa da Misericórdia e com a Câmara Municipal de Beja foi conduzida uma ação de recolha de bens de primeira necessidade tendo em vista a sua entrega às crianças mais carenciadas desta instituição. Esta ação teve tal impacto que inicialmente iria constituir-se apenas como uma ação esporádica de um só dia e estendeu-se até ao último dia do exercício; Outro projeto que foi desenvolvido chegou à força militar por parte da Câmara Municipal de Beja, que através do Instituto de Reinserção Social identificou as crianças locais com mais dificuldades financeiras e foram escolhidas duas delas para passarem um dia dentro da Unidade da Força Aérea.

De acordo com as atividades supra mencionadas podemos afirmar que várias das capacidades foram treinadas e colocadas à prova, destacando-se:

- Reforçar a legitimidade da missão;
- Criar e manter níveis de comunicação e interação elevados entre a componente militar e a componente civil de diversas ordens;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros CIMIC, bem como o treino e equipamento necessário;
- Desenvolver atividades de avaliação da componente civil das diferentes AOp;
- Planear e conduzir atividades de reconhecimento civil;
- Conduzir, coordenar e planear operações CIMIC e a gestão de projetos;
- Minimizar os efeitos das operações militares na população civil como vice-versa.

Tomando como base a composição e articulação de forças da CGerCIMIC parte do pessoal é proveniente de Unidades de Engenharia, logo o seu treino a este nível é garantido pelas unidades onde estes se encontram, podendo afirmar-se que a capacidade de existência de pessoal especializado em Engenharia se encontra garantida.

Segundo o Cmdt CGerCIMIC e fazendo frente à capacidade da existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, esta capacidade também se encontra garantida pois no presente ano está previsto serem enviados oito militares para realizarem o curso de *Staff Officer*, curso este ministrado na Alemanha ou em Itália no MNCG, estes militares serão então enviados tendo em vista a obtenção da capacidade para planear operações CIMIC. Para além deste curso ocorrem em Portugal o Curso Tático CIMIC que é realizado na Escola das Armas e ainda o Curso Tático Operacional ministrado no Instituto Universitário Militar (IUM) situado em Pedrouços. Ocorreu entre 27 de março e 7 de abril a participação de 18 elementos da CGerCIMIC no

Curso Tático na Escola das Armas e no ano corrente ainda serão enviados 3 elementos para realizar o Curso Tático Operacional no IUM. O pretendido destes militares é que regressem com um conhecimento superior relativo às várias tarefas da CIMIC, a nível de ligação, condução de entrevistas, mediação e a negociação que poderão ser necessárias num TO e aspetos que são alvo de treino em todos os exercícios. Podemos afirmar que a CGerCIMIC treina por forma a manter os valores elevados de prontidão quanto às capacidades:

- Criar e desenvolver formas de atuação com os OCS;
- Criar e manter boas relações com intérpretes.

O Cmdt CGerCIMIC afirma que no exercício Real Thaw17 foram publicados artigos nos OCS locais e nacionais relativos à atuação desta força, explanando o impacto que estas atuações tiveram no núcleo da população civil, servindo assim também para dar conhecimento sobre as FFAA a toda a população. Desta forma, a CIMIC constitui-se como um fator multiplicador das capacidades da força e da aceitação da mesma junto da componente civil a um custo bastante reduzido.

### **3.5. Vulnerabilidades associadas à Companhia Geral CIMIC**

A CGerCIMIC, como todas as outras unidades, também possui as suas próprias vulnerabilidades, de acordo com CCIMIC (2017) estas vulnerabilidades são identificadas como sendo:

- Elevada rotatividade dos militares nomeados para integrar a OB;
- Militares com diferentes níveis de formação, existindo até alguns militares que integram a OB da CGerCIMIC sem a formação específica de CIMIC;
- Material em duplo uso, encontrando-se depositado no EMGFA;
- Levantamento, treino e emprego de Especialistas Funcionais.

### **3.6. Síntese Conclusiva**

A CGerCIMIC teve como Entidade Primariamente Responsável (EPR) o Exército entre os anos de 2007 a 2014 ano em que passou a estar sob a alçada do CEMGFA, aumentando desta forma a sinergia entre os diversos ramos das FFAA. Esta Companhia possui várias particularidades, como na sua génese se encontra a finalidade de orientar ações CIMIC podendo no máximo, apoiar uma unidade até ao escalão de Brigada com uma duração máxima de 30 dias podendo isto ocorrer dentro ou fora do âmbito nacional esta

possui uma orgânica totalmente diferente de todas as Companhias, bastando verificar-se que o posto do seu Comandante se trata de Tenente-Coronel.

Esta unidade integra o *Multinational CIMIC Group* que se trata de uma instituição consignada à condução de operações CIMIC, sendo neste local elaborada a doutrina atual que é aplicada pelo nosso país e de acordo com esta instituição todos os seus membros são responsáveis por fornecer unidades CIMIC cujo escalão seja definido com características de prontidão estabelecidas quer por esta instituição, quer pelas autoridades nacionais. Para que a nossa CGerCIMIC possa ser utilizada tem de cumprir vários parâmetros de treino, certificação/avaliação e de prontidão pré-estabelecidos, mantendo sempre o seu desempenho dentro daqueles que estão pré-definidos. Em termos nacionais é aplicada a doutrina internacional da CIMIC, pois a avaliação e certificação desta Companhia é uma responsabilidade nacional e então após isto, caso seja necessária a sua participação em determinado TO de acordo com uma missão da OTAN esta unidade será avaliada e certificada de acordo com os parâmetros definidos pelo MNCG.

Como cada um dos seus destacamentos se encontra sob a responsabilidade dos diferentes ramos das FFAA, cada um deles certifica o apoio dos seus efetivos e meios aquando da ativação desta Companhia. No presente ano de 2017, esta Companhia encontra-se em *standby*, mas todos os seus requisitos têm de ser mantidos, ou seja, este ano é utilizado para treinar os vários procedimentos doutrinários da CIMIC.

De acordo com o estudo realizado neste capítulo podemos concluir que as capacidades que a CGerCIMIC possui são as seguintes:

- Reforçar a legitimidade da missão;
- Criar e desenvolver formas de atuação com os OCS;
- Criar e manter boas relações com intérpretes;
- Criar e manter níveis de comunicação e interação elevados entre a componente militar e a componente civil de diversas ordens;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros CIMIC, bem como o treino e equipamento necessário;
- Desenvolver atividades de avaliação da componente civil das diferentes AOp;
- Planear e conduzir atividades de reconhecimento civil;
- Conduzir, coordenar e planear operações CIMIC e a gestão de projetos;
- Minimizar os efeitos das operações militares na população civil como vice-versa;
- Existência de pessoal especializado em Engenharia;

- Existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, a todos os níveis.

Pode então assim ser concluído que existem capacidades que deveriam constituir uma qualquer unidade CIMIC que a nossa CGerCIMIC não cumpre:

- Possuir material próprio para o desenvolvimento das suas próprias atividades;
- Existência de um esforço no estudo relativo às fontes de financiamento que poderão assim aumentar a sua utilização num território;
- O pessoal deve possuir conhecimento em apoio humanitário e em apoio médico;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de operações civil-militares, bem como o treino e equipamento necessário;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária, bem como o treino e equipamento necessário.

Podemos concluir que poderão existir melhorias a serem realizadas para que esta unidade possua mais capacidades e para que as capacidades que já possui sejam melhoradas.

Face ao exposto e subjacente à QD 2 “Quais são as capacidades existentes na Companhia Geral CIMIC do Exército Português?” considera-se validada a hipótese 2, concluindo-se que através da análise de documentação oficial é possível determinar um conjunto de capacidades que caracterizem a Companhia Geral CIMIC, na perspetiva de salientar aquelas que são passíveis de melhorar com processos de formação e treino.

## **CAPÍTULO 4 - ESTUDO DAS UNIDADES DE ASSUNTOS CIVIS DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS: AS SUAS CAPACIDADES E O TREINO ASSOCIADO**

No presente capítulo iremos analisar uma unidade de Assuntos Civis da componente de forças do Exército dos Estados Unidos (EUA), pois este país como sendo um dos mais evoluídos será aquele que irá possuir maior matéria relacionada com este assunto, bem como uma maior possibilidade de realizar mais treinos, em suma, terá uma unidade mais preparada para desempenhar as suas funções. Esta análise irá incluir o estudo das suas capacidades e o treino específico associado a estas realizado por esta unidade para melhor desempenhar as funções que lhe são atribuídas. De acordo com isto, veremos a sua estrutura e alguns aspetos relacionados com as suas capacidades.

### **4.1. Organização de Assuntos Civis**

A principal função de todas as unidades de AC do Exército dos EUA é fornecer ao Comandante o apoio necessário, tendo como base desse apoio a capacidade que estas unidades possuem de envolver a componente civil do ambiente operacional (Headquarters, Department of the Army [HQDA], 2011).

Iremos focar o nosso estudo apenas nas unidades de AC do Exército dos EUA podendo assim mais facilmente realizar uma comparação entre esta mesma unidade e a CGerCIMIC que pertence ao sistema de forças do Exército Português.

### **4.2. Forças de Assuntos Civis do Exército Regular<sup>17</sup>**

O Exército dos EUA autorizou o aumento de forças de AC entre o ano fiscal de 2010 até ao ano fiscal de 2012, este incremento de forças afeta a estrutura organizacional da brigada de AC existente no Comando de Operações Especiais do Exército dos EUA. A estrutura desta Brigada foi então expandida para um total de cinco Batalhões de AC e vinte

---

<sup>17</sup> Tradução livre do autor

e cinco Companhias de AC. Em julho de 2009 foi aprovado o redesenho das unidades do Exército em TO pelo Chefe de Estado-Maior do Exército dos EUA. A representação de AC no Estado-Maior aumentou significativamente, proporcionando desta forma a capacidade de integrar operações de AC e operações civil-militares durante o processo de operações (HQDA, 2011).

### **4.3. Companhia de Assuntos Cíveis do Exército Regular<sup>18</sup>**

A Companhia de Assuntos Cíveis do Exército Regular<sup>19</sup> é composta por uma secção quartel-general, um centro de operações civil-militares que é responsável pelo comando sendo este suportado por uma capacidade de planeamento de operações de AC e ainda por cinco Equipas. Esta Companhia fornece o comando da missão às suas equipas e providencia planeamento, coordenação e avaliação de operações de AC ao nível tático (HQDA, 2011).

#### **4.3.1. Capacidades da Companhia de Assuntos Cíveis do Exército Regular**

De acordo com Headquarters, Department of the Army (HQDA, 2011) a Companhia de AC possui algumas capacidades, sendo elas:

- Providenciar um centro de operações civil-militares conjuntamente com planeamento a nível tático, coordenação e sincronização da capacidade de operações de AC dentro de determinada AOp;
- Fornecer a competência de comunicação que se encontra intimamente interligada à arquitetura de comunicação da unidade apoiada;
- Fornecer Equipas de AC em apoio de elementos do comando capazes de conduzir ações de reconhecimento civil e de executar operações de AC a nível tático;
- Facilitar a integração da entrada da componente civil no quadro operacional comum do comando;
- Agrupar, analisar e fundir informações civis para a entrada desta mesma informação na imagem operacional comum do comando.

---

<sup>18</sup> Tradução livre do autor

<sup>19</sup> Consultar o Anexo B – Composição e Articulação da Companhia de Assuntos Cíveis do Exército Regular



#### **4.3.1.1. Capacidades da Equipa de Assuntos Cívicos do Exército Regular em Apoio das Forças Convencionais<sup>20</sup>**

De acordo com o HQDA (2011) as Equipas de Assuntos Cívicos encontram-se organizadas para possuírem algumas capacidades:

- Providenciar o aumento de pessoal associado às operações de AC, constituir-se como um suporte para o planeamento e avaliação de AC bem como apoio aos comandantes da manobra tática;
- Manter as comunicações diretas de dados e voz com as forças convencionais, com a população e instituições indígenas, com organizações intergovernamentais, ONG e com elementos interagências com uma conectividade classificada e não classificada;
- Providenciar a comunicação intercultural e apoio linguístico de proficiência elementar aos comandantes apoiados;
- Apoiar as operações civil-militares que são conduzidas;
- Conduzir a ligação com autoridades civis e o empenhamento/envolvimento com os líderes-chave;
- Minimizar a interferência entre a população civil e as operações militares e sincronizar as operações de AC para aumentar a eficácia da missão;
- Conduzir estudos e avaliações da AOp;
- Assistir o Oficial S2 (Oficial de Informações) e outros membros do Estado-Maior com a análise de considerações civis em apoio do estudo do campo de batalha;
- Executar operações de AC em apoio de elementos distribuídos.

#### **4.3.2. Treino Associado às Capacidades da Companhia de Assuntos Cívicos**

Tomando como exemplo o *African Crisis Response Initiative Training Program* (ACRI), traduzido como programa de treino de iniciativa de resposta a crises africanas<sup>21</sup> relativo aos Assuntos Cívicos, este programa consistia na formação/treino do pessoal de AC que era assim composto por seis fases, inicialmente recorre-se a um treino com a duração de 60 dias, onde são treinadas competências básicas associadas a Operações de Manutenção de

---

<sup>20</sup> Tradução livre do autor

<sup>21</sup> Tradução livre do autor

Paz, são treinadas tarefas de operações civil-militares, treina-se a ocupação do Centro de Operações Civil-Militares (COCM) durante exercícios de campo. Após isto temos cinco fases compostas por exercícios de campo, todos com a duração de 30 dias onde no primeiro se recorre ao desenvolvimento de competências básicas em Operações de Manutenção de Paz e a exercícios assistidos por computador. No segundo exercício de campo recorre-se ao treino associado à reciclagem de treino de AC e à ocupação de COCM em suporte a outras forças e ainda a um projeto de assistência humanitária limitado. No terceiro exercício de campo recorre-se ao estudo/análise da missão e ainda a exercícios assistidos por computador. O quarto exercício volta a ter a temática do segundo exercício de campo e por fim, no quinto exercício recorre-se ao treino de operações de brigada e ainda a operações de montagem de COCM em apoio da Brigada simulado em computador (Command and Staff 96th Civil Affairs Battalion (Airborne) [CSCAB], 2000).

Apesar do treino individual ser bastante importante, pois sem ele não conseguiremos alcançar níveis de eficiência desejados quando passamos para um tipo de treino em unidade mas iremos apenas forçar esse, pois esse é que irá servir de comparação para o nosso estudo.

Assim sendo, uma tarefa coletiva descreve o desempenho exato que uma unidade ou equipa deve executar no campo de batalha sob condições operacionais reais. Existem assim dois tipos de tarefas coletivas, as tarefas coletivas compartilhadas e as coletivas únicas. As tarefas coletivas compartilhadas são desenvolvidas pelo ator responsável (por quem as propõe). Estas tarefas são doutrinariamente realizadas por diversas unidades para garantir o treino padronizado do Exército e para manter este nível de treino em patamares aceitáveis. Já uma tarefa coletiva única é uma tarefa específica que nenhuma outra unidade tem a capacidade ou a exigência para o executar. O ator que propõe estas tarefas é o único responsável pelo desenvolvimento e manutenção das mesmas (HQDA, 2008).

O processo de treino de AC para ser bem-sucedido deve incluir a preparação necessária, a condução do treino propriamente dito e ainda a avaliação completa do mesmo (HQDA, 2008).

Assim e tal como descrito no Headquarters, Department of the Army (2008), de acordo com a capacidade de providenciar um centro de operações civil-militares conjuntamente com planeamento a nível tático, coordenação e sincronização da capacidade de operações de AC dentro de determinada AOp o treino associado a esta capacidade é composto por três etapas de desempenho: Coordenar o estabelecimento de um COCM; Ocupar um determinado COCM; Iniciar operações relativas a um COCM.

A primeira etapa envolve a coordenação de um local onde este COCM irá ser estabelecido, podendo ele ser estabelecido dentro do perímetro de segurança, fora do perímetro de segurança, um COCM móvel ou ainda ser definido para uma determinada operação. Para cada um destes casos devem ser tomadas posturas diferentes. Caso este seja instalado dentro do perímetro de segurança, devem ser coordenados vários aspetos: Coordenar com os Oficiais S3 e S4 e com o chefe de pessoal, onde se poderá mesmo situar este centro e qual o espaço de tenda existente para o mesmo; Coordenar com o Oficial S2, com a polícia militar definindo assim como se irá desenrolar a entrada e saída deste COCM, qual o procedimento de acesso quer por pessoal militar e não militar e ainda os requisitos de segurança e de apoio de pessoal; Coordenar com o Oficial S4 o equipamento necessário; Coordenar com o Oficial S6 as frequências e as conexões de comunicação necessárias; Coordenar com as operações de informação, com o Oficial de assuntos públicos, com as operações psicológicas, e com diversas entidades para informar e educar a população sobre o papel e o propósito do estabelecimento de determinado COCM.

Caso este seja instalado fora do perímetro de segurança estabelecido devem ser coordenadas várias ações para além das supramencionadas: Coordenar a segurança deste local prestado pela NH bem como as comunicações necessárias; Coordenar com as OI e ONG a assistência na identificação e obtenção de instalações adequadas para a montagem deste COCM; Coordenar com o Oficial S4 o reabastecimento de Classe IV relativo ao material de proteção da força; Coordenar com o Oficial S3 a solicitação de pessoal de segurança e uma força de reação rápida e ainda o suporte de engenharia e planeamento operacional que inclua os itinerários de entrada neste centro bem como os de saída; Coordenar uma avaliação do local onde se encontra instalado este centro e ainda desenvolver um plano de segurança do COCM.

Caso se trate de um COCM móvel, devem ser coordenados para além dos já mencionados os seguintes aspetos: Coordenar com a população e instituições indígenas, com OI e ONG a assistência na identificação e estabelecimentos de locais de reunião e os seus horários, bem como operações de segurança.

A segunda etapa, ocupar um determinado COCM, é constituída por quatro fases: Conduzir o movimento tático até ao local do COCM; Estabelecer a segurança do local implementando o plano de segurança; Estabelecer comunicações seguras e organizar as operações do COCM e as salas de reunião. A primeira fase envolve as seguintes tarefas: Coordenar os ativos de carga e transporte de equipamento; Realizar treinos envolvendo os procedimentos de deslocamento; Considerar fatores adicionais que poderão ser aplicados;

Conduzir o reconhecimento de acordo com o necessário e informar antes da chegada ao local. A segunda fase envolve o estabelecimento da segurança do perímetro bem como a segurança interna, a terceira fase, envolve a instalação de equipamentos de comunicação bem como o estabelecimento de comunicações com o escalão superior e com outros elementos necessários. Por fim, a quarta fase envolve determinar o *layout* necessário e a instalação de móveis e equipamento.

A terceira etapa é constituída por sete fases, podendo ser abreviada em cinco: Estabelecer contacto com a unidade que irá ser apoiada; Estabelecer contacto com as Equipas de AC que atuarão a partir deste COCM; Fornecer supervisão, comando, controlo e retorno das Equipas de AC; Estabelecer registos operacionais; Coordenar as ações necessárias com a população e instituições indígenas, OI, ONG e outras agências governamentais.

De acordo com a capacidade de fornecer a competência de comunicação, que se encontra intimamente interligada à arquitetura de comunicação da unidade apoiada, o treino associado a esta capacidade está relacionado com o treino de condução de reuniões de informação através de operações de AC sendo este treino composto por duas etapas de desempenho: Definir os termos chave relacionados com a recolha de informações; Identificar responsabilidades dos Soldados de AC. A primeira etapa é constituída por várias fases: Definir o conhecimento derivado do estudo, observação ou experiência; Definir o ciclo de informações; Definir como deve ser realizada o IPB; Definir quais são os requisitos de informação crítica do Comandante; Definir qual é o plano de recolha de informação e como será realizada esta gestão. A segunda etapa é constituída pelas seguintes fases: Apoio dos requisitos de informação crítica do Comandante; Estabelecer relações chave; Registrar as lições aprendidas.

De acordo com a capacidade de fornecer Equipas de AC em apoio de elementos do comando capazes de conduzir ações de reconhecimento civil e de executar operações de AC de nível tático, o reconhecimento efetuado por estas Equipas pode ser operado em todo o espectro de operações militares e em todos os ambientes. Estas Equipas com uma rápida implantação em determinado TO possibilitam a realização de operações da sua especialidade, planeamento e avaliações técnicas limitadas tendo como base as competências individuais dos Soldados de AC.

De acordo com a capacidade de facilitar a integração da entrada da componente civil no quadro operacional comum do comando e com a capacidade de agrupar, analisar e fundir informações civis para a entrada desta mesma informação na imagem operacional comum do comando, o treino associado a esta capacidade trata-se de conduzir operações de gestão

de informação civil, para tal o seu treino envolve três etapas de desempenho: Rever a análise da missão realizada pela equipa de planeamento para uma orientação entre a gestão de informações civis e as operações civil-militares desenvolvidas; Recolher e consolidar informações civis; Processar todas as informações recolhidas em produtos úteis.

A primeira etapa de desempenho envolve várias fases: Analisar a ordem de orientação do Quartel-general referente à gestão de informação civil dentro da AOp; Rever o estudo do IPB realizado; Rever a Ordem de Operações, o anexo das operações civil-militares; Rever as restrições associadas às operações de gestão de informação civil; Conduzir uma avaliação para este tipo de operações; Determinar os requisitos de informação civil necessários para um melhor planeamento bem como para a tomada de decisões.

A segunda etapa de desempenho envolve várias tarefas: Coordenar o reconhecimento civil para atualizar as avaliações; Conduzir avaliações de reconhecimento civil; Enviar solicitações de informação para obter informações críticas de outras unidades; Consolidar relatórios de AC, avaliações, relatórios pontuais, revisões pós ação, lições aprendidas, solicitações de informação e relatórios de estudos por parte das informações; Registrar as informações nos registos apropriados e no formato correto por unidade de procedimento operacional permanente; Certificar-se que todas as informações são devidamente classificadas e protegidas de acordo com a segurança operacional.

A terceira etapa de desempenho envolve várias tarefas: Processar relatórios de AC, avaliações, revisões pós ação, lições aprendidas, solicitações/pedidos de informação e relatórios elaborados pelas informações; Comparar informações atuais com dados históricos para análise de tendências; Incorporar informações na base de dados das operações de gestão de informação; Atualizar a estimativa das operações civil-militares e o estudo da área; Atualizar mapas e sobreposições; Atualizar as matrizes de acontecimentos, as atividades de AC que foram desenvolvidas e os arquivos de recurso; Transmitir os relatórios aos destinatários apropriados, incluindo o centro de operações civil-militares ao nível de Brigada; Coordenar com o Comandantes e com as várias equipas a disseminação de informação e a introdução de informação no ciclo de planeamento, no quadro operacional comum e na avaliação de efeitos; Coordenar informações com OI, ONG e com a população e instituições nativas cumprindo a segurança operacional; Manter as informações, Atualizar a base de dados para referência histórica bem como para passagem de informação para próximas atividades.

#### 4.4. Síntese Conclusiva

De acordo com a doutrina norte americana, a principal função de todas as unidades de AC do seu Exército é envolver a componente civil do ambiente operacional com a componente militar, fornecendo ao Comandante da Força o apoio que este necessita.

A representação de elementos de AC ao nível de Estado-Maior irá aumentar expressivamente, proporcionando assim a capacidade de integrar operações de AC e operações civil-militares durante todo o processo de operações.

De acordo com o estudo realizado neste capítulo podemos concluir que as capacidades que a Companhia de AC possui são as seguintes:

- Providenciar um centro de operações civil-militares conjuntamente com planeamento a nível tático, coordenação e sincronização da capacidade de operações de AC dentro de determinada AOp;
- Fornecer a competência de comunicação que se encontra intimamente interligada à arquitetura de comunicação da unidade apoiada;
- Fornecer Equipas de AC em apoio de elementos do comando capazes de conduzir ações de reconhecimento civil e de executar operações de AC a nível tático;
- Facilitar a integração da entrada da componente civil no quadro operacional comum do comando;
- Agrupar, analisar e fundir informações civis para a entrada desta mesma informação na imagem operacional comum do comando.

Apesar de doutrinariamente só estarem conferidas estas capacidades à Companhia de AC, todas as outras capacidades constam em escalões diferentes, desde o escalão de Brigada até às capacidades conferidas ao Soldado, mas todas estas capacidades poderão ser aprimoradas.

Face ao exposto e subjacente à QD 3 “Quais são as capacidades existentes numa Unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América?” considera-se validada a hipótese 3, concluindo-se que através da análise de documentação oficial é possível determinar um conjunto de capacidades que caracterizem as Unidades de Assuntos Civis dos EUA, na perspetiva de salientar aquelas que são passíveis de melhorar com processos de formação e treino.

## **CAPÍTULO 5 – COMPARAÇÃO ENTRE A COMPANHIA GERAL DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR E A COMPANHIA DE ASSUNTOS CIVIS DO ÉXERCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

No presente capítulo iremos analisar as capacidades que a CGerCIMIC possui comparando-as com as capacidades possuídas por parte da Companhia de Assuntos Cívicos do Exército dos EUA. Iremos especificar quais são as capacidades de cada uma destas unidades e através desta comparação obter o rácio de quais são as capacidades que a CGerCIMIC não possui e que esta adoção de capacidades se torna importante para que o seu desempenho operacional seja melhorado de acordo com os atuais Teatros de Operações.

### **5.1. Capacidades da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar**

De acordo com o estudo realizado no capítulo referente à CGerCIMIC podemos afirmar que as capacidades que esta unidade possui são as seguintes:

- Reforçar a legitimidade da missão;
- Criar e desenvolver formas de atuação com os OCS;
- Criar e manter boas relações com intérpretes;
- Criar e manter níveis de comunicação e interação elevados entre a componente militar e a componente civil de diversas ordens;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros CIMIC, bem como o treino e equipamento necessário;
- Desenvolver atividades de avaliação da componente civil das diferentes AOp;
- Planear e conduzir atividades de reconhecimento civil;
- Conduzir, coordenar e planear operações CIMIC e a gestão de projetos;
- Minimizar os efeitos das operações militares na população civil como vice-versa;
- Existência de pessoal especializado em Engenharia;
- Existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, a todos os níveis.

## **5.2. Capacidades da Companhia de Assuntos Cívicos do Exército dos Estados Unidos**

De acordo com o estudo realizado no capítulo referente ao estudo da Companhia de Assuntos Cívicos podemos afirmar que as capacidades que esta unidade possui são as seguintes:

- Providenciar um centro de operações civil-militares conjuntamente com planeamento a nível tático, coordenação e sincronização da capacidade de operações de CA dentro de determinada AOp;
- Fornecer a competência de comunicação que se encontra intimamente interligada à arquitetura de comunicação da unidade apoiada;
- Fornecer Equipas de CA em apoio de elementos do comando capazes de conduzir ações de reconhecimento civil e capazes de executar operações de AC de nível tático;
- Facilitar a integração da entrada da componente civil no quadro operacional comum do comando;
- Agrupar, analisar e fundir informações civis para a entrada desta mesma informação na imagem operacional comum do comando.

De acordo com a doutrina consultada apenas se encontram diretamente relacionadas à Companhia de AC as características supramencionadas, mas nesta doutrina todas as outras capacidades constam em escalões diferentes deste, desde o escalão de Brigada até às capacidades conferidas ao Soldado de AC.

## **5.3 Comparação entre as Capacidades destas duas Unidades e o Processo para Obtenção das Mesmas**

Através das capacidades que qualquer unidade CIMIC deve possuir sendo todas elas existentes nos diversos escalões no que é respeitante aos Assuntos Cívicos dos Estados Unidos da América que a CGerCIMIC não possui as seguintes capacidades decorrentes de processos de formação e treino:

- O pessoal deve possuir conhecimento em apoio humanitário e em apoio médico;



- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária, bem como o treino e equipamento necessário.

Encontradas estas capacidades sente-se a necessidade de descobrir algum método pelo qual possa ser possível a sua aquisição. Decorrente do estudo de variados padrões de treino no âmbito CIMIC foi encontrado um deles que refere o termo de ajuda humanitária, este é denominado por “Curso CIMIC para Especialistas Funcionais”<sup>22</sup>, podendo ser frequentado no MNCG. Este padrão de treino subdivide-se tendo em conta a especificação/explicação de como ocorrerá esta formação, definindo vários aspetos: Objetivo do Curso; Tipo de Aplicação; Localização; Duração do Curso; Aplicações; Taxas de Administração; Coordenação; Temas Abrangidos; Metodologia; Objetivos de Aprendizagem; Pré-requisitos; Qualificações Pessoais; Teste de Entrada; Teste Final; Transporte; Alojamento; Tipo de Vestuário; Refeições; Certificado de Segurança; Requisitos de Visto; Programa de Dependentes; Assistência Médica (Multinational CIMIC Group [MNCG], s/d).

#### **5.4 Síntese Conclusiva**

As capacidades que poderão ser adquiridas por parte da CGerCIMIC tendo como base processos de formação e treino comparativamente com a Companhia de Assuntos Cíveis são:

- O pessoal deve possuir conhecimento em apoio humanitário e em apoio médico;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária, bem como o treino e equipamento necessário.

Através do padrão de treino consultado este divide a sua informação de acordo com diferentes campos, tornando-se assim bastante perceptível toda a informação referente a este curso, desfazendo qualquer tipo de dúvida que possa existir alusivo ao mesmo.

Por comparação da utilização deste modelo relativo a diferentes temáticas, poderá também ser realizada a compartimentação da informação julgada necessária, como por exemplo, a utilização deste padrão referente a quesitos concretos associados ao treino operacional possibilitando assim um melhor entendimento da temática abordada.

---

<sup>22</sup> Tradução livre do autor

Face ao exposto e subjacente à QD 4 “Quais são as capacidades que a Companhia Geral CIMIC não tem relativamente às congêneres dos EUA e que podem ser adquiridas através de processos de formação e treino?” considera-se validada a hipótese 4, concluindo-se que através de um percurso dedutivo e de comparação é possível salientar um quadro de desvios entre as capacidades que as unidades de AC dos EUA comprovadamente possuem e que são facilitadoras das operações militares e as capacidades da Companhia Geral CIMIC, enumerando eficazmente essas capacidades a adquirir por esta última.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste trabalho afirmou-se que as unidades de cooperação civil-militar para operarem e alcançarem objetivos que lhe estão confinados fundam-se na sua doutrina encontrando-se bem definido os seus objetivos, princípios e funções que se constituem como imperativos dirigidos para a eficiência do desenrolar das operações CIMIC num determinado TO, culminando na eficiência dos resultados que são pretendidos ser atingidos com a condução deste tipo de operações. Cada vez mais a CIMIC se constitui como um aspeto fulcral no qual o Comandante de uma Força que seja colocada num TO deve ter em consideração desde o início de todos os planeamentos de operações militares a desenrolar neste teatro. Como nos dias de hoje o combate em ambiente VICAU se constitui como o espaço de batalha mais comum, o contacto com a população tem vindo a aumentar no desenrolar de operações militares constituindo-se como um imperativo a preocupação de causar o mínimo impacto na população em geral, bem como de minimizar a ação da população no decorrer das operações militares. A CIMIC consegue de acordo com o seu conceito base criar desde logo uma ligação entre a força militar e a população que irá culminar no menor impacto da população na condução de operações militares, bem como o menor impacto da condução de operações militares na população.

De acordo com esta importância, o treino destas unidades constitui-se como um preceito autoritário para a eficiência no desenrolar deste tipo de operações. Tendo estas unidades de ser capazes de desenvolver determinadas ações sendo necessário possuírem certas capacidades para que o desenvolvimento das suas ações seja eficiente.

Como uma das finalidades é determinar quais serão as capacidades essenciais que uma qualquer unidade CIMIC deve possuir para o desempenho das suas funções, que afeta a sua colocação num Teatro de Operações e através de várias doutrinas estudadas, conclui-se que uma determinada unidade CIMIC deve possuir as seguintes capacidades:

- Reforçar a legitimidade da missão;
- Criar e manter níveis de comunicação e interação elevados entre a componente militar e a componente civil de diversas ordens;
- Criar e desenvolver formas de atuação com os OCS;

- Criar e manter boas relações com intérpretes;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros CIMIC, bem como o treino e equipamento necessário;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária, bem como o treino e equipamento necessário;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de operações civil-militares, bem como o treino e equipamento necessário;
- Desenvolver atividades de avaliação da componente civil das diferentes AOp;
- Planear e conduzir atividades de reconhecimento civil;
- O pessoal deve possuir conhecimento em apoio humanitário e em apoio médico;
- Conduzir, coordenar e planear operações CIMIC e a gestão de projetos;
- Minimizar os efeitos das operações militares na população civil como vice-versa;
- Possuir material próprio para o desenvolvimento das suas próprias atividades;
- Existência de pessoal especializado em Engenharia;
- Existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, a todos os níveis;
- Existência de um esforço no estudo relativo às fontes de financiamento que poderão assim aumentar a sua utilização num território.

Foi assim possível verificar quais são as capacidades essenciais que qualquer unidade CIMIC deve possuir para o melhor desempenho das suas funções (QD1), validando assim a hipótese de que existem capacidades que podem ser consideradas essenciais para o eficiente e eficaz desempenho das tarefas de uma unidade CIMIC num TO no quadro de uma operação militar que se desenvolva num ambiente onde a interação civil-militar seja considerada importante para o desenrolar da mesma.

Posteriormente houve que estudar a unidade CIMIC portuguesa, a Companhia Geral CIMIC, sendo possível afirmar-se que esta unidade foi sofrendo alterações na sua composição e articulação, bem como na Entidade a que esta se encontrava a cargo. Entre os anos de 2007 a 2014 teve como EPR o Exército e no ano de 2014 passou a estar sob a alçada do CEMGFA, aumentando desta forma a sinergia entre os diversos ramos das FFAA. Esta unidade possui um carácter bastante próprio pois é a única unidade conjunta que integra o *Multinational CIMIC Group* que se trata de uma instituição consignada à condução de operações CIMIC, sendo neste local onde é elaborada a doutrina que é aplicada pelo nosso país neste âmbito e de acordo com esta instituição todos os seus membros são responsáveis

por fornecer unidades CIMIC cujo escalão seja definido com características de prontidão estabelecidas por esta instituição. Em termos nacionais é aplicada a doutrina internacional da CIMIC, pois a avaliação e certificação desta Companhia é uma responsabilidade nacional e então após isto, caso seja necessária a sua participação em determinado TO de acordo com uma missão da OTAN esta unidade será avaliada e certificada de acordo com os parâmetros definidos pelo MNCG.

Como uma das finalidades é determinar quais as capacidades existentes na Companhia Geral CIMIC do Exército Português e tendo como base as capacidades levantadas que qualquer unidade CIMIC deve possuir para o melhor desempenho das suas funções, conclui-se que a CGerCIMIC possui as seguintes capacidades:

- Reforçar a legitimidade da missão;
- Criar e desenvolver formas de atuação com os OCS;
- Criar e manter boas relações com intérpretes;
- Criar e manter níveis de comunicação e interação elevados entre a componente militar e a componente civil de diversas ordens;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros CIMIC, bem como o treino e equipamento necessário;
- Desenvolver atividades de avaliação da componente civil das diferentes AOp;
- Planear e conduzir atividades de reconhecimento civil;
- Conduzir, coordenar e planear operações CIMIC e a gestão de projetos;
- Minimizar os efeitos das operações militares na população civil como vice-versa;
- Existência de pessoal especializado em Engenharia;
- Existência de pessoal especializado em CIMIC desde o Estado-Maior aos mais baixos escalões, a todos os níveis.

Foi assim possível verificar quais são as capacidades existentes na Companhia Geral CIMIC do Exército Português (QD2), validando assim a hipótese de que é possível determinar um conjunto de capacidades que caracterizem a Companhia Geral CIMIC, na perspetiva de salientar aquelas que são passíveis de melhorar através de processos de formação e treino.

Após este estudo surgiu a necessidade de estudar uma das unidades do Exército dos Estados Unidos que fosse similar à nossa CGerCIMIC tendo assim um modelo de comparação tendo culminado no estudo da Companhia de Assuntos Civis do Exército Regular dos Estados Unidos da América. Tendo como base a reestruturação que ocorreu no

seio do Exército dos Estados Unidos, a expansão ocorrida na estrutura de forças de AC do Exército Regular duplicou a capacidade anteriormente possuída relativamente a esta temática. De acordo com esta reestruturação, a representação de elementos de AC ao nível de Estado-Maior aumentou expressivamente, proporcionando assim a capacidade de integrar operações de AC e operações civil-militares durante todo o processo de operações.

Como uma das finalidades é determinar quais as capacidades existentes numa Unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América e tendo como base as capacidades levantadas que qualquer unidade CIMIC deve possuir para o melhor desempenho das suas funções, doutrinariamente conclui-se que a Companhia de AC possui as seguintes capacidades:

- Providenciar um centro de operações civil-militares conjuntamente com planeamento a nível tático, coordenação e sincronização da capacidade de operações de AC dentro de determinada AOp;
- Fornecer a competência de comunicação que se encontra intimamente interligada à arquitetura de comunicação da unidade apoiada;
- Fornecer Equipas de AC em apoio de elementos do comando capazes de conduzir ações de reconhecimento civil e capazes de executar operações de AC de nível tático;
- Facilitar a integração da entrada da componente civil no quadro operacional comum do comando;
- Agrupar, analisar e fundir informações civis para a entrada desta mesma informação na imagem operacional comum do comando.

Apesar de doutrinariamente só estarem conferidas estas capacidades à Companhia de AC, todas as outras capacidades constam em escalões diferentes deste, desde o escalão de Brigada até às capacidades conferidas ao Soldado de AC, mas naturalmente, todas estas capacidades poderão ser aprimoradas.

Foi assim possível verificar quais são as capacidades existentes numa Unidade idêntica na composição de forças dos Estados Unidos da América (QD3) validando assim a hipótese de que é possível determinar um conjunto de capacidades que caracterizem as Unidades de AC dos EUA, na perspetiva de salientar aquelas que são passíveis de melhorar com processos de formação e treino.

Encontrando-se, neste momento, realizado o estudo das capacidades e do seu treino associado referente à Companhia Geral CIMIC e à Companhia de Assuntos Civis, podemos

neste momento realizar um quadro de desvios afirmando quais são as capacidades que não se encontram na unidade nacional que possam ser adquiridas através de processos de formação e treino, sendo elas:

- O pessoal deve possuir conhecimento em apoio humanitário e em apoio médico;
- Possuir uma proficiência elevada no que é respeitante à montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária, bem como o treino e equipamento necessário.

Através do padrão de curso consultado este divide a sua informação de acordo com diferentes campos, tornando-se assim bastante perceptível toda a informação referente a este curso, recorrendo a uma comparação da utilização deste modelo relativo a diferentes temáticas, poderá também ser realizado a compartimentação da informação julgada necessária.

Foi assim possível verificar quais são as capacidades que a Companhia Geral CIMIC não tem relativamente às congéneres dos Estados Unidos da América e que podem ser adquiridas através de processos de formação e treino (QD4) validando assim a hipótese de que através de um percurso dedutivo e de comparação é possível salientar um quadro de desvios entre as capacidades que as unidades CIMIC dos EUA comprovadamente possuem e que são facilitadoras das operações militares e as capacidades da Companhia Geral CIMIC, enumerando eficazmente essas capacidades a adquirir por esta última.

Como resposta à Questão Central *“Qual o modelo de treino que deverá ser implementado para potenciar as capacidades da Companhia Geral CIMIC?”*, e retomando a análise comparativa com o padrão de curso consultado no último capítulo do trabalho e para o caso relativo de treino, seleccionámos os campos que nos parecem essenciais quando nos referimos a questões de treino operacional, foram assim definidos: Objetivo do Exercício; Tipo de Aplicação; Localização; Duração do Exercício; Aplicações; Coordenação; Temas Abrangidos; Metodologia; Objetivos de Aprendizagem; Pré-requisitos; Qualificações Pessoais; Avaliação Final; Material; Estabelecimento de Segurança. Propôs-se um modelo que visa a obtenção das duas capacidades anteriormente referidas, este treino deve envolver não só o conhecimento específico da área CIMIC, mas também o conhecimento em apoio humanitário, possibilitando assim que as tarefas relativas à ajuda humanitária possam ser treinadas, tendo em conta as principais organizações de referência como a Organização das Nações Unidas, OTAN e União Europeia, podendo recorrer à avaliação destas ações no treino operacional com vista a obter uma maior eficiência no desenvolvimento destas ações. De acordo com este conhecimento, deve então ser treinada em exercício a montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária,

utilizando o equipamento necessário para que existam mecanismos treinados nos seus homens para atuar em conformidade. O seu treino também deve colocar em prática ações em que se recorra a apoio médico, pois existindo esta estreita ligação com a população poderá ser necessário a qualquer momento prestar apoio imediato à população, logo, os militares pertencentes à CGerCIMIC devem ter conhecimento sobre Suporte Básico de Vida, Suporte Avançado de Vida e Traumatologia em Ambiente Operacional. No contexto de treino operacional devem ser treinadas as conversações com a população envolvendo outros idiomas, principalmente se estivermos a falar no aprontamento desta Companhia como um todo ou das suas partes constituintes e os militares têm de ter um conhecimento sobre a consciência cultural vivida em determinada AOp e estes aspetos têm de ser obrigatoriamente treinados.

Este estudo comparativo de um modelo de curso de referência sendo aplicada ao treino operacional culminou no modelo de treino apresentado.

**Quadro nº 1 – Possível Implementação de Modelo de Treino**

<b>1 Objetivos do Exercício</b>	
<p>Objetivo Principal: Proporcionar a todos os elementos o contexto operacional indicado para que possam ser treinadas atividades relativas a ajuda humanitária e a apoio médico, incluindo a montagem de centros de coordenação de ajuda humanitária.</p> <p>Objetivo Secundário: Verificar se estas atividades estão a ser desenvolvidas com níveis aceitáveis de proficiência de acordo com os Teatros de Operações atuais.</p>	
<b>2 Tipo de Aplicação</b>	<b>3 Localização</b>
Aplicar à CGerCIMIC como um todo, se esta estiver a atuar desta forma e/ou aplicar aos seus Destacamentos isoladamente, com vista a preparar a Unidade para este tipo de atividades.	Terá de ser localizado obrigatoriamente no seio da população civil, tendo em vista a montagem de um centro de coordenação de ajuda humanitária, devendo ser treinadas todas as outras atividades relativas ao CIMIC.
<b>4 Duração do Exercício</b>	
Tendo em conta que a CGerCIMIC se encontra composta para orientar ações CIMIC podendo apenas apoiar uma Unidade até ao escalão de Brigada com uma duração máxima de 30 dias (EMGFA, 2016).	
<b>5 Aplicações</b>	
Deverá ser aplicada a doutrina CIMIC no desenrolar de todas as suas ações.	



<b>6 Coordenação</b>		
<p>Coordenar com elementos que elaboram o cenário do exercício a possibilidade da existência de casos em que exija a necessidade de recorrer a atividades de ajuda humanitária e a atividades de apoio médico.</p> <p>Coordenar a localização do exercício, sendo este situado num ambiente de tipo VICAU.</p>		
<b>7 Temas Abrangidos</b>		
Apoio Humanitário	Apoio Médico	
<b>8 Metodologia</b>		
<p>Teoria</p> <p>Os elementos da CGerCIMIC participantes neste exercício já teriam sido alvo de palestras/instruções sobre a forma de atuar quando presentes a uma atividade de ajuda humanitária ou de apoio médico.</p>	<p>Prática</p> <p>Os elementos da CGerCIMIC participantes no exercício treinam anteriormente as tarefas críticas relativas ao apoio humanitário bem como ao apoio médico.</p> <p>Estes elementos devem encontrar-se já proficientes quanto às Normas de Execução Permanente (NEP).</p>	<p>Contribuições Externas</p> <p>Recorrer à população local para que contribua neste exercício, de acordo com o cenário, tendo em vista tornar o treino o mais próximo possível da realidade.</p> <p>A população simulasse principalmente necessidades que envolvessem a atuação da ajuda humanitária bem como do apoio médico.</p>
<b>9 Objetivos de Aprendizagem</b>		
<p>Após a realização do exercício:</p> <p>Recorrer-se a uma Revisão Pós Ação para identificar os erros realizados e para que todos os elementos se encontrem a par da informação.</p> <p>Os elementos consigam ser capazes de referir que aspetos é que não foram bem conseguidos/realizados no desenvolvimento das ações.</p> <p>Descrever de que forma é que estas ações deveriam ter sido realizadas para que se cumprisse o objetivo das mesmas.</p> <p>Os participantes tenham melhorado as suas próprias habilidades de acordo com o ambiente CIMIC.</p> <p>Tenha sido possível operacionalizar um centro de coordenação de ajuda humanitária.</p> <p>Tenha sido verificada uma boa relação entre a componente militar e a componente civil.</p>		
<b>10 Pré-requisitos</b>		
<p>Os elementos devem dominar a forma de atuação com a população, mesmo que se constitua como uma nova atividade nunca antes treinada em exercício.</p>		
<b>11 Qualificações Pessoais</b>		

<p>Todos os elementos devem ter relembrado os procedimentos referentes ao Curso de Suporte Básico de Vida, Curso Avançado de Vida e Traumatologia em Ambiente Operacional.</p> <p>Todos os elementos devem já possuir algum conhecimento sobre a doutrina de Apoio Humanitário e Direito dos Conflitos.</p>
<b>12 Avaliação Final</b>
<p>De acordo com parâmetros estabelecidos inicialmente verificar quais foram cumpridos no desenvolvimento destas ações.</p>
<b>13 Material</b>
<p>O material utilizado deve ser aquele que se encontra a cargo da CGerCIMIC (em duplo uso no EMGFA);</p> <p>O material utilizado neste exercício deve estar de acordo com o material doutrinariamente necessário para desenvolver atividades de ajuda humanitária e de apoio médico.</p>
<b>14 Estabelecimento de Segurança</b>
<p>Coordenar com a unidade que se encontra em exercício como será realizada a segurança aos elementos que se encontram a realizar atividades CIMIC, nomeadamente na montagem de um centro de coordenação de ajuda humanitária.</p>

**Fonte: (Adaptado de MNCG,s/d)**

Estas novas áreas só poderão ser treinadas se os seus elementos constituintes frequentarem cursos onde este seja o alvo da aprendizagem, para que possam inicialmente obter estes conhecimentos e para que posteriormente possam ser testados em contexto operacional.

Este modelo de treino proposto tem apenas como base a doutrina de outras nações, sendo que todas as capacidades existentes poderão ser aprimoradas no decorrer de uma maior atividade operacional, bem como servir de teste para verificar se obtendo estas novas capacidades a proficiência da CGerCIMIC é de facto aumentada.

Esta possível implementação de modelo de treino só poderá ser eficaz se a CGerCIMIC se encontrar formada em permanência no Sistema de Forças Nacional e não existir apenas o Comando constituído e o restante da Companhia ser apenas levantada à ordem.

Face ao exposto e tendo-se percorrido o percurso planeado, considera-se que foi respondida a questão central e identificada uma possibilidade de implementação de um modelo de treino que potencia as capacidades da Companhia Geral CIMIC culminando num aspeto facilitador para o desenrolar de operações por parte desta Companhia.

Uma das dificuldades sentidas ao longo do trabalho é relativa à utilização de diversos idiomas no que remete à bibliografia, a tradução de várias doutrinas constituiu-se como um consumidor relativo de tempo. As limitações do trabalho relativas à conclusão acabam por ser fruto da não resposta a entrevistas por parte de Oficiais dos Estados Unidos da América não sendo possível realizar de uma melhor forma a comparação entre estas duas Companhias, por fim a última limitação relevante é a não obtenção de relatórios de exercícios onde a Companhia de AC do Exército Regular tivesse sido implementada, tendo de ser realizada a associação das suas capacidades com o seu treino de acordo com a doutrina relativa ao manual do Soldado e guia de treino do Exército dos Estados Unidos associado aos Assuntos Cíveis.

Como nova linha de investigação recomenda-se que face ao aparecimento de diversos Teatros de Operações, possuindo estes novas e distintas características seria vantajoso numa futura investigação sobre o assunto, identificar novas capacidades que teriam de ser obtidas com vista a fazer face às novas características dos Teatros de Operações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, C., Garcia, F., Lima, J., Monteiro, F., Piedade, J., Santos, L., Santos, R., Silva, J., Silva, N. (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- AJP-9, NATO (2003). *AJP-9, NATO Civil-Military Co-operation (CIMIC) Doctrine*.
- Centre interarmées de concepts, de doctrines et d'expérimentations [CICDE]. (2012). *Coopération civilo-militaire*. Paris: École militaire.
- Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz [CITOAP]. (2001). *Guia do Graduado CIMIC*.
- Command and Staff 96th Civil Affairs Battalion (Airborne). (2000). *Leader's Reference Book*.
- Curso de Cooperação Civil-Militar [CCIMIC] (2017). *Companhia Geral CIMIC (PRT CSU)*. Escola de Sargentos do Exército.
- Ejército de Tierra [ET] (2012). Batallón de Cooperación Cívico Militar I. In *Portal do Ejército de Tierra*. Acedido a 15 de abril de 2017 em <http://www.ejercito.mde.es/unidades/Valencia/boncimic/>.
- Ejército de Tierra [ET] (2012). Batallón de Cooperación Cívico Militar I. In *Portal do Ejército de Tierra*. Acedido a 15 de abril de 2017 em <http://www.ejercito.mde.es/unidades/Valencia/boncimic/Actividades/index.html>.
- Ejército de Tierra [ET] (2012). Batallón de Cooperación Cívico Militar I. In *Portal do Ejército de Tierra*. Acedido a 15 de abril de 2017 em <http://www.ejercito.mde.es/unidades/Valencia/boncimic/Actividades/enlace.html>.
- Ejército de Tierra [ET] (2012). Batallón de Cooperación Cívico Militar I. In *Portal do Ejército de Tierra*. Acedido a 15 de abril de 2017 em <http://www.ejercito.mde.es/unidades/Valencia/boncimic/Actividades/Apoyo.html>.
- Ejército de Tierra [ET] (2012). Batallón de Cooperación Cívico Militar I. In *Portal do Ejército de Tierra*. Acedido a 15 de abril de 2017 em <http://www.ejercito.mde.es/unidades/Valencia/boncimic/Actividades/Apoyan>.

Ejército de Tierra [ET] (2009). *Doctrina para la Acción Conjunta de las Fuerzas Armadas*.

Estado-Maior de Exército [EME] (2005). Regulamento de Campanha Operações

Estado-Maior do Exército [EME] (2013). *PDE 4-00 Logística*.

Estado-Maior do Exército [EME] (2014). *Conceito Estratégico Militar*.

Estado-Maior General das Forças Armadas [EMGFA] (2007). *Directiva Operacional N.º 25/CEMGFA/07, Aprontamento da Companhia Geral CIMIC (CGerCIMIC)*. Lisboa.

Estado-Maior General das Forças Armadas [EMGFA] (2014). *Directiva Operacional N.º 002/CEMGFA/14, Companhia Geral CIMIC*. Lisboa.

Estado-Maior General das Forças Armadas [EMGFA] (2016). *Directiva Operacional N.º 002/CEMGFA/16, Companhia Geral CIMIC*. Lisboa.

Escola de Sargentos do Exército [ESE]. 30º Curso de Promoção a Sargento-Chefe, 2017. Caldas da Rainha: ESE, 2017

Galhano, A. (2009). *As Operações CIMIC nas Operações de Apoio à Paz*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, Academia Militar, Lisboa.

Gouveia, H. (2010). *As Forças Nacionais Destacadas e a Cooperação Civil-Militar*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, Academia Militar, Lisboa.

Headquarters, Department of the Army [HQDA] (2003). *Joint Doctrine for Civil Affairs*

Headquarters, Department of the Army [HQDA] (2008). *Soldier's Manual and Trainer's Guide MOS 38B Civil Affairs Soldier Skill Levels 1 Through 4*.

Headquarters, Department of the Army [HQDA] (2011). *Civil Affairs Operations*.

Hing, T. (2010). *A Cooperação Civil-Militar e os Assuntos Civis na Doutrina Militar Nacional*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Estado-Maior Conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

Jacinto, A. (2010). *A Função CIMIC Nas COIN: Implicações No Emprego Das Capacidades Do Sistema De Forças Nacionais*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Estado-Maior Conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

Joint Chiefs of Staff [JCS] (2003). *Joint Publication 3-57.1 Joint Doctrine for Civil-Military Operations*.

Ministério da Administração Interna [MAI] (1986). Lei n.º 44/86 de 30 de setembro: Regime de Estado de Sítio e do Estado de Emergência, Art.º 8, 1. In *Portal do Ministério da*

*Administração Interna*. Acedido a 5 de abril de 2017 em <http://legislacao.mai.gov.info/v/comum/regime-do-estado-de-sitio-e-do-estado-de-emergencia/>.

Ministério da Administração Interna [MAI] (1986). Lei nº 44/86 de 30 de setembro: Regime de Estado de Sítio e do Estado de Emergência, Art.º 9, 1. In *Portal do Ministério da Administração Interna*. Acedido a 5 de abril de 2017 em <http://legislacao.mai.gov.info/v/comum/regime-do-estado-de-sitio-e-do-estado-de-emergencia/>.

Multinational CIMIC Group [MNCG] (s/d). Functional Specialist CIMIC Course (FSCC). In *Portal do Multinational CIMIC Group*. Acedido a 20 de abril de 2017 em [http://www.cimicgroup.org/Cimic%20Courses/cimic\\_courses/cimic\\_functional\\_specialist\\_course\\_cfsc/](http://www.cimicgroup.org/Cimic%20Courses/cimic_courses/cimic_functional_specialist_course_cfsc/).

Santos, P. (2014). *A Cooperação Civil Militar Portuguesa - Portugal no Afeganistão e a influência para a Política Externa*. Trabalho Final de Mestrado, Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Sarmiento, Manuela (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

Tortosa-Garrigós, A. (2012). *Cooperación civil-militar y multilateralismo en las operaciones de paz*.

Vilelas, José (2009). *Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento*. Edições Sílabo.

## **APÊNDICES**

### **Apêndice A – Funções da Cooperação Civil-Militar**

#### **Ligação Civil-Militar**

A Ligação Civil-Militar tem como função “providenciar a coordenação tida como necessária, de modo a facilitar e a suportar o planejamento e a conduta de operações” (EME, 2005).

#### **Apoio à Estrutura Civil**

O Apoio à Estrutura Civil é constituído por diversas atividades CIMIC, bem como um diversificado conjunto de recursos militares, sendo eles a informação, pessoal, material, equipamento, comunicações, treino e especialistas. Estas capacidades só serão utilizadas quando o cumprimento da missão estiver colocado em causa e quando as organizações civis não forem capazes de realizar esta mesma tarefa (EME, 2005).

#### **Apoio à Força**

Decorrendo de variadas situações, o comandante de uma força militar poderá necessitar do auxílio de apoio civil, este auxílio poderá mesmo tornar-se numa parcial dependência da população civil e das autoridades civis, da população civil no que é relativo a recursos e informações e das autoridades civis no que é respeitante à segurança podendo mesmo uma força militar não ter total liberdade de ação e de movimentos numa determinada área de operações e necessitar impreterivelmente da sua cooperação. (EME, 2005).

## **Apoio Interno**

Esta função é caracterizada por um abrangente conjunto de atividades, conduzidas em território nacional, para apoiar quer a população quer a administração local ou central, as quais podem ocorrer em diversas situações: tempo de paz quando ativado o Estado de Sítio<sup>23</sup> e Estado de Emergência<sup>24</sup>, e em tempo de guerra. O Sistema Nacional de Proteção Civil<sup>25</sup> é um dos mecanismos responsáveis por estabelecer e institucionalizar formas de cooperação muito próprias aquando da interação entre civis e militares. (EME, 2005)

## **Apoio à Política Externa de Portugal**

Esta função CIMIC é composta por uma grande variedade de atividades conduzidas pelas forças militares nacionais, fora do TN, com vista a apoiar e auxiliar a consecução da política externa de Portugal (EME, 2005). De acordo com o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) (2016), esta apresenta apenas três principais funções CIMIC, sendo elas assegurar a ligação Civil-Militar, apoiar as forças militares e por fim, apoiar os atores não militares. Podemos assim concluir que estas três funções são as fundamentais para o desenvolvimento de qualquer operação CIMIC, sendo a definição de cada uma das funções semelhantes às explanadas anteriormente.

---

<sup>23</sup> “O estado de sítio é declarado quando se verificarem ou estejam iminentes actos de força ou insurreição que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na lei” (MAI, 1986).

<sup>24</sup> “O estado de emergência é declarado quando se verificarem situações de menor gravidade, nomeadamente quando se verificarem ou ameacem verificar-se casos de calamidade pública” (MAI, 1986)

<sup>25</sup> “O sistema nacional de proteção civil engloba o Concelho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) como órgão de coordenação e apoio, de natureza colegial na dependência do Primeiro-ministro e presidido pelo Ministro da Defesa, e as Comissões de Planeamento de Emergência (CPE) sendo estas o núcleo de assessoria que permite conceber e promover a execução dos planos de contingência para os diversos sectores. O CNPCE atua ao nível estratégico como órgão de Estado, cabendo ao Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (SNBPC) como órgão de linha ao nível tático atuar no terreno em TN” (EME, 2005).



## **Apêndice B – Princípios de Natureza Militar**

### **Primado da Missão**

De acordo com o EME (2005) as operações ou atividades CIMIC nunca poderão sobrepor-se ao objetivo militar proposto, pois este é sempre prioritário. Este aspeto não pode ser esquecido pelos militares que realizam estas operações ou atividades, pois são conduzidas em apoio da missão militar, concomitantemente “todas as tarefas CIMIC planeadas pelos comandos subordinados deverão ser coordenadas e supervisionadas de modo a não comprometerem os objectivos finais da Campanha” (EME, 2005)

### **Comando**

A condução das operações e atividades CIMIC, como qualquer outra operação militar, é da responsabilidade do Comandante a todos os níveis. A operação militar poderá infligir impactos no ambiente civil como, por outro lado, este mesmo ambiente civil poderá infligir impactos na condução de uma operação militar. (EME, 2005)

### **Economia**

Este Princípio da Economia é relativo aos recursos militares, sendo estes finitos, tem de ser sempre considerada a sua preservação com vista a conservar a capacidade militar o mais possível. Os Comandantes devem possuir permanentemente a preocupação de minimizar o uso de meios militares em apoio das populações e em apoio das autoridades civis e por outro lado, possuir a preocupação de aumentar cada vez mais a utilização de meios civis em apoio das operações militares. De acordo com isto, quando os meios militares forem empregues em auxílio da população e da autoridade civil tem de manter-se a preocupação da sua utilização durante períodos prolongados visto que aquando da sua redução ou retirada de apoio esta ação pode prejudicar bastante o relacionamento civil-

militar podendo levar à perda de confiança nas forças militares e ainda retardar o aparecimento da autoridade civil. (EME, 2005)

### **Prioritização e Concentração de Recursos**

Como as operações e atividades CIMIC são conduzidas em apoio de uma missão militar, os seus recursos disponíveis poderão ser por vezes limitados, assim, a sua concentração em tarefas fundamentais toma uma maior importância para o sucesso da missão sendo que apenas com esta concentração de recursos a população poderá ter uma percepção das ações CIMIC que estão a ser desenvolvidas e logo, da determinação por parte da força militar para atuar no sentido do interesse civil. Caso este princípio não seja respeitado isto pode levar a que ocorra um impacto negativo nas populações e não só, podendo fazer perigar a própria missão e não se conseguir atingir o estado final pretendido (EME, 2005).

### **Obrigações Legais e Considerações Humanitárias**

“ A função CIMIC aplica-se tanto nas Operações de Defesa Coletiva (ODC) (ARTº 5) como nas Operações de Resposta à Crise (ORC)<sup>26</sup> (Não ARTº 5) (Jacinto, 2010). De acordo com isto e de acordo com qualquer operação militar todas as ações desenvolvidas têm de cumprir com as leis nacionais e com as leis internacionais, devendo sempre os direitos humanos ser respeitados e protegidos, tendo o Comandante da Força responsabilidade legal da sua atuação. Logo, os efeitos de qualquer operação militar nos não-combatentes têm de ser reduzidos ao máximo, sendo que este aspeto possui uma importância fulcral para a legitimidade da missão (EME, 2005).

---

<sup>26</sup> “As Operações de Resposta a Crises podem ser descritas como operações multifuncionais que abrangem actividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises” (EME, 2005)

## **Apêndice C – Princípios de Relacionamento Civil-Militar**

### **Consciência Cultural**

Cada TO tem as suas particularidades, não esquecendo que alguns desses aspetos estão intimamente relacionados com a população e o que lhe concerne desse determinado TO. O cumprimento de todas as missões encontra-se também relacionado com o facto de todos os militares terem a sensibilidade para os usos, costumes e culturas locais da população em questão. Qualquer violação destes usos, costumes ou culturas locais pode constituir-se como um fator a ser explorado negativamente quando nos encontramos sob num ambiente politicamente sensível e assim prejudicar diretamente o cumprimento da missão (EME, 2005).

### **Objetivos Comuns**

Num determinado TO os interesses imediatos tanto de uma força militar como das várias organizações civis existentes podem não ser comuns, mas torna-se praticamente imperativo que ocorra um estabelecimento de acordos por forma a partilhar objetivos comuns. Em suma, mais uma vez as relações civis-militares ganham uma extrema importância para o sucesso de determinada missão, devendo estas relações serem estabelecidas e mantidas (EME, 2005).

### **Responsabilidade Partilhada**

Apesar da estrutura e da prática de trabalho das forças militares não coincidirem com a estrutura e a prática de trabalho das organizações civis e agências elas cooperam entre si. Não só as responsabilidades devem ser partilhadas mas também as tarefas, esta finalidade advém da análise dos objetivos comuns, para que se estabeleça e mantenha um relacionamento perdurável e com benefícios para ambas as partes (EME, 2005).

## **Consentimento**

Tanto poderá ser utilizado o consentimento bem como a coação, pois poderão ter o mesmo efeito mas de acordo com EME (2005) a utilização do consentimento irá produzir resultados mais satisfatórios e duradouros, logo, o consentimento por parte das organizações civis com as quais as forças militares se relacionam deve ser assegurado e mantido.

## **Transparência**

Como através da capacidade CIMIC se pretende demonstrar competência e capacidade de resolução de vários problemas existentes tendo como desígnio obter a confiança de todos os integrantes do ambiente civil de determinado TO, é necessário que exista confiança mútua e um ambiente de transparência entre os civis e militares, de acordo com isto, todas as tarefas da CIMIC deverão ser transparentes (EME, 2005).

## **Comunicação**

As organizações militares e as organizações civis possuem bastantes diferenças, mas estas devem ser estudadas para que se atinja o sucesso da missão. Cada organização civil possui as suas próprias prioridades e estas organizações defendem que a cooperação com os militares e a sua independência não se encontram intimamente relacionadas, que esta cooperação poderá de alguma forma restringir as suas opções. Um dos recursos para fazer face a esta questão passa pela criação e manutenção de canais de comunicação tendo a finalidade de impedir possíveis afastamentos, bem como mal entendidos. Esta comunicação não deve ocorrer apenas entre as organizações militares e as organizações civis, mas também com as autoridades civis, com agências e com a população mantendo assim o consentimento e a cooperação (EME, 2005).

## **Apêndice D – Guião da Entrevista ao Comandante da Companhia Geral CIMIC**

### **“Modelo de Treino para Potenciar as Capacidades da Companhia Geral CIMIC”**

A presente entrevista está inserida no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar que inclui um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “Modelo de Treino para Potenciar as Capacidades da Companhia Geral CIMIC”.

1. O seu nome completo e quais são as funções que atualmente desempenha?
2. Tendo em conta os atuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais são os principais tipos de treino que a Companhia Geral CIMIC tem implementado para melhor desempenhar as suas funções num Teatro de Operações?
3. Qual o efetivo que a Companhia Geral CIMIC deverá ceder para integrar as FND num TO?
4. Tendo em atenção os atuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais as atividades que a Companhia Geral CIMIC poderá desempenhar num teatro de Operações?
5. Face à constituição e organização da Companhia Geral CIMIC quais os principais problemas que no atual momento ela apresenta?
6. Está a Companhia Geral CIMIC preparada para integrar como parte de uma Força Nacional Destacada?
7. Quando a Companhia Geral CIMIC é ativada e lhe é atribuída uma missão, como é que é realizado o aprontamento desta força? Qual é a doutrina aplicada?
8. Quando a Companhia Geral CIMIC entra em exercício, como é que se articula esta força? Qual é a tipologia de exercícios que são conduzidos? Existe algum tipo de treino que coloque em prática o relacionamento da força com as autoridades locais?

9. Considera que no final de um aprontamento a Companhia Geral CIMIC se encontra adequadamente preparada para a execução de tarefas e lidar com os problemas neste âmbito?
  
10. Considera que o treino existente na Companhia Geral CIMIC irá facilitar o reconhecimento de toda a força, a aceitação da mesma por parte da população, e a proteção da força num determinado Teatro de Operações?
  
11. Considera que os elementos CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável?

**MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO**

## **Apêndice E – Resposta ao Guião da Entrevista ao Comandante da Companhia Geral CIMIC**

### **“Modelo de Treino para Potenciar as Capacidades da Companhia Geral CIMIC”**

A presente entrevista está inserida no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar que inclui um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “Modelo de Treino para Potenciar as Capacidades da Companhia Geral CIMIC”.

**Posto:** Tenente - Coronel

**Nome:** Jesus Carvalho

**Cargo / Função:** Comandante CGerCIMIC

**Local:** CCOM - Oeiras

**1. O seu nome completo e quais são as funções que atualmente desempenha?**

**Resposta 1** – Tenente – Coronel João Jesus Carvalho, Comandante da Companhia Geral CIMIC.

**2. Tendo em conta os atuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais são as principais tarefas (tipologia de tarefas) que podem ser cometidas quer à Companhia Geral CIMIC como um todo, quer às equipas destacadas?**

**Resposta 2** – A Companhia Geral CIMIC integra o Multinational CIMIC Group em Itália. A OTAN delegou no Multinational CIMIC Group em Itália tudo aquilo que é a Cooperação Civil-Militar. Este grupo tem 6 países afiliados, dos quais faz parte Portugal e todos estes países têm de respeitar esses mesmo critérios e seguem esta mesma doutrina. No âmbito das Propostas de Forças Nacionais, Portugal disse que tinha disponível para a OTAN uma CGerCIMIC e ao longo do tempo foi realizada a certificação da mesma, tudo de acordo com os conceitos doutrinários que são emanados pelo Multinational CIMIC Group. Nós basicamente em termos nacionais sustentamo-nos naquilo que é a doutrina internacional da aplicação do CIMIC, o que faz sentido, pois como a avaliação das Companhias Nacionais é uma responsabilidade nacional, a Companhia Geral CIMIC é avaliada e certificada nacionalmente e, após isto, em caso de emprego na OTAN, é avaliada e certificada

pelo Multinational CIMIC Group. Só faz sentido serem seguidos os mesmos critérios e é isso que tem acontecido. Fomos pela primeira vez certificados em 2009 no Exercício “Rosa Brava 2009”, juntamente com a Brigada Mecanizada e no ano passado e neste ano voltamos a ser avaliados em todas as componentes da Companhia Geral CIMIC (Comando e respetivos Destacamentos).

**3. Tendo em conta os atuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam e tendo também em consideração a tipologia de tarefas que lhes pode ser atribuída quais são os principais tipos de treino que a Companhia Geral CIMIC tem implementado para melhor desempenhar as suas funções num Teatro de Operações?**

**Resposta 3** – O treino é realizado de forma a que os objetivos estejam de acordo com os critérios de validação para que a Companhia se mantenha permanentemente treinada, certificada e avaliada para responder a uma possível integração na OTAN. Acabámos de participar com um Destacamento de CIMIC no exercício “Real Thaw 17” da Força Aérea. O que habitualmente mais é treinado nos exercícios são operações de N-Art.º 5º e nesse sentido colocamos sempre um Centro CIMIC no centro das povoações principais onde atuam as forças (foi o que aconteceu agora no Real Thaw 17, colocámos um centro CIMIC com um Destacamento CIMIC (10 homens), no centro de Beja). Uma função real é servir de porta de entrada dos pedidos civis para a instituição militar, os problemas são encaminhados para as autoridades locais porque não nos podemos substituir em qualquer tipo de teatro de operações e as coisas acontecem ou então qualquer pedido que seja feito à Força, esta é a porta de entrada e sofre um primeiro filtro para depois levar à decisão do Comandante da Força. No Real Thaw 17 foi construído um Centro CIMIC e o cenário foi corroborado para podermos atuar no terreno em termos CIMIC, realizamos relatórios e estes eram enviados, realizámos *Quick Impact Projects* (que são projetos de impacto imediato que aumentam a visibilidade da Força) e realizámos envolvendo autoridades locais, de Beja, isto serve de critério de avaliação e serve de treino real durante o exercício.

Neste exercício tivemos 10 militares em Beja (Centro CIMIC) e na retaguarda (no CCOM) ficou o NP da CGerCIMIC, eu mais 3 elementos, um de cada ramo das FFAA a servir com Capacidade da Retaguarda e ainda auxiliamos os critérios de avaliação, pois a Força Aérea avaliou neste exercício o Destacamento CIMIC da Força Aérea pronto para integrar a CGerCIMIC. Executámos atividades *play* e *no*



*play*, os *play* com vista à avaliação e os *no play* atividades mesmo reais, por exemplo, montámos um Centro CIMIC (com o intuito de estabelecer a ligação, apoiar a força, apoiar o ambiente civil), fomos contactados por várias entidades civis. Um dos projetos que realizámos foi apoiar o ambiente civil através da consecução doutrinária de pequenos projetos de impacto imediato e envolvendo as entidades locais do qual se destaca o primeiro a pedido da Santa Casa da Misericórdia e em parceria com a Câmara Municipal de Beja, reunimos bens de primeira necessidade a serem doados às crianças mais carenciadas da mesma instituição, isto teve um impacto tão grande que inicialmente era para ter sido uma situação pontual de um único dia e que começou no primeiro dia e ficou até ao último, isto facilita a aceitação da força. Outro projeto que foi desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal através do Instituto de Reinserção Social identificou as crianças mais carenciadas e foram escolhidas duas para passarem um dia dentro da Unidade da Força Aérea como se fossem pilotos, assistiram aos brífingues, passearam com os cães da Força Aérea, foram ver os aviões, tiveram uma experiência única e saíram de lá muito mais enriquecidos, foi-lhes dado um diploma de participação no final do dia. Foi ainda realizada a divulgação do papel das FFAA junto das escolas. Como prova daquilo que foi desenvolvido existem artigos relativos à nossa atividade nos órgãos de comunicação social, quer locais, quer nacionais que explanam as nossas ações e os impactos das mesmas para com a população. Isto serve de um duplo intuito, o nosso treino é garantido e além disso divulgamos em qualquer exercício o papel das FFAA, o CIMIC é um fator a baixo custo multiplicador das capacidades da Força e da aceitação junto do meio civil, não só em operações bem como em tempo de paz.

**4. Qual o efetivo que a Companhia Geral CIMIC deverá ceder para integrar as FND num TO?**

**Resposta 4** – É necessário perceber o conceito das forças que integram o Multinational CIMIC Group. Os espanhóis têm um Batalhão CIMIC, mas o seu efetivo ronda a ordem dos 150 militares, portanto de acordo com aquilo que consideramos doutrinariamente um Batalhão não o é verdadeiramente. A CGerCIMIC é constituída por 54 elementos, os eslovenos têm 20 elementos, necessariamente a força que integrar uma operação da OTAN tem que ser reorganizada em termos de efetivo. Habitualmente o Multinational CIMIC Group quando pretende integrar alguma operação CIMIC pede aos países dadores uma

disponibilidade de forças de acordo com aquilo que eles acham adequado, ou seja, necessariamente o emprego de uma força portuguesa em termos CIMIC numa força da OTAN irá passar sempre pelo filtro do Multinational CIMIC Group para dizer que efetivo é que deseja. Esta resposta não tem uma composição fixa. Após isso, podem então os contributos para enviarmos determinados efetivos para compor a força que necessariamente sai do Multinational CIMIC Group, pois eles é que são os responsáveis em termos OTAN pela sua aplicação.

**5. Tendo em atenção aos atuais conflitos em que as Forças Nacionais Destacadas participam, quais as atividades que a Companhia Geral CIMIC poderá desempenhar num teatro de Operações?**

**Resposta 5** – Acaba por ser exatamente a mesma coisa que é realizada no treino.

**6. Face à constituição e organização da Companhia Geral CIMIC quais os principais problemas que no atual momento ela apresenta?**

**Resposta 6** – O efetivo é o ajustado e proporcional no meu ponto de vista. Nós somos 54 elementos, são 24 elementos no Comando e 10 elementos por cada um dos Destacamentos que são puros (um Destacamento só do Exército, um Destacamento só da Marinha e um Destacamento só da Força Aérea). O Comando tem uma Célula de Operações, uma Célula Logística e uma Célula de Avaliação Civil sendo uma mais-valia da Companhia Geral CIMIC que permanentemente realiza a avaliação civil do Teatro de Operações para medir este impacto no ambiente civil das operações militares e vice-versa. O efetivo é o adequado para o desempenho das nossas tarefas.

**7. Está a Companhia Geral CIMIC preparada para integrar como parte de uma Força Nacional Destacada?**

**Resposta 7** – A Companhia Geral CIMIC encontra-se preparada e avaliada para integrar como parte de uma Força Nacional Destacada.

**8. Quando a Companhia Geral CIMIC é ativada e lhe é atribuída uma missão, como é que é realizado o aprontamento desta força? Qual é a doutrina aplicada?**

**Resposta 8** – A Diretiva 002 de Sua Excelência o General CEMGFA de 2016, determina que a ativação da Companhia Geral CIMIC é efetuada à sua ordem e tem um ciclo normal de aprontamento, avaliação, certificação que percorre um ano e meio. Em 2016, realizado por mim, de acordo com esta Diretiva os ramos das FFAA

no primeiro semestre do ano aprontam, avaliam e certificam os respectivos Destacamentos, de janeiro a junho. Estes militares depois deste processo são então entregues à Companhia Geral CIMIC, em junho eu começo a executar um ciclo de treino e planeamento com vista à avaliação e certificação da mesma como um todo, foi o que aconteceu o ano passado. Terminando o ano de 2016, esta Companhia entra num período de um ano de *standby* que é o que está a acontecer neste ano de 2017. A participação da Companhia nos exercícios de 2017 é para garantir os *standards*, a manutenção das qualificações e garantir o treino da tropa de maneira a manter-se os critérios normais para a OTAN. O ciclo será sempre este no decorrer dos anos.

**9. Quando a Companhia Geral CIMIC entra em exercício, como é que se articula esta força? Qual é a tipologia de exercícios que são conduzidos? Existe algum tipo de treino que coloque em prática o relacionamento da força com as autoridades locais?**

**Resposta 9** – Basicamente é sempre articulada em Destacamentos, mas não é necessário que isso aconteça. Esta mesma Diretiva determina que a CGerCIMIC como um todo realiza um exercício anual da série *Armageddon* (é o nome atribuído à série de exercícios específicos da CGerCIMIC). A CGerCIMIC doutrinariamente pode apoiar até uma Unidade de Escalão Brigada, o que acontecia antes até 2014 em que a CGerCIMIC esteve apenas debaixo da alçada do Exército embora esta Companhia fosse conjunta, o Exército era a EPR (Entidade Primariamente Responsável). Em 2014 passou a estar sob a alçada do CEMGFA, o que para nós é muito mais vantajoso em termos de interligações com os ramos e de funcionalidade. A Diretiva afirma que num ano deveremos fazer um exercício com a CGerCIMIC integrada numa Unidade Escalão Brigada, depois isto depende do conjunto a nível nacional dos exercícios que são realizados no âmbito dos 3 ramos das FFAA. Por força das contingências no ano passado foi avaliado o Comando da CGerCIMIC em simultâneo com um Destacamento CIMIC no Exercício “Orion”, portanto não fomos como um todo, à posteriori o Destacamento da Força Aérea foi integrado num exercício da Força Aérea e foi avaliado e depois o Destacamento da Marinha que era o que faltava foi integrado num exercício da Marinha e foi certificado. A CGerCIMIC já foi toda empregue com a Brigada Mecanizada, já fomos todos num exercício da Brigada de Reação Rápida porque antes a filosofia era como cada uma das Brigadas realizava um grande exercício por ano o que nós fazíamos era, no ano em que fosse a BrigMec a ir para o campo nós integrávamos (CGerCIMIC como um

todo) no exercício da BrigMec, se fosse a seguir a Brigada de Reação Rápida nós integrávamos esse mesmo exercício e se fosse a Brigada de Intervenção aconteceria exatamente o mesmo. Agora como a tipologia dos exercícios tem vindo a ser alterada, também por força da redução de verbas, vamos agora gerindo, estamos agora a dar os primeiros passos a integrar os exercícios dos outros ramos que foi o que aconteceu agora pela primeira vez, colocámos um Destacamento CIMIC da Força Aérea a funcionar num exercício da Força Aérea. E pela primeira vez este ano colocámos a funcionar um Destacamento da Marinha num exercício da Marinha, o que é um passo substancial para aquilo que é a noção de conjunto.

Todos os seus destacamentos têm de ser certificados. De acordo com isto também é possível colocar um terço do comando em cada um dos exercícios do respetivo ramo. Isto tem várias vantagens: esgota a participação de todos os elementos, porque este ano o que tem de ser realizado é dar treino à tropa, todas as pessoas irão participar num exercício, cada um vai ao seu exercício e todos garantem o seu treino; se ocorrerem exercício em simultâneo eu consigo responder a esta necessidade porque não tenho sobreposições de Homens; e como terceiro aspeto importante garanto que tenho indivíduos de um determinado ramo a participar em exercícios de um ramo diferente que é para aumentar a noção da natureza conjunta da CGerCIMIC junto dos ramos. Somos uma grande mais-valia na aceitação da força a muito baixo custo, têm de ser pessoas com algumas valências pessoais para estabelecerem esta empatia direta com os atores civis.

**10. Considera que no final de um aprontamento a Companhia Geral CIMIC se encontra adequadamente preparada para a execução de tarefas e lidar com os problemas neste âmbito?**

**Resposta 10** – Não tenho dúvidas nenhuma. Este ano temos previsto enviar para o estrangeiro 8 pessoas para realizarem o curso de *Staff Officer* (curso dado na Alemanha ou no Multinational CIMIC Group em Itália) estas pessoas são enviadas com o intuito de beberem informação e voltarem com capacidade para planear operações CIMIC. Para além disso temos os cursos táticos que são realizados na Escola das Armas, os cursos táticos operacionais frequentados no Instituto Universitário Militar em Pedrouços. Entre 27Mar a 7Abr vamos enviar 18 pessoas para fazer o curso tático da EA, este ano já enviámos 3 pessoas ao IUM para realizar o curso tático operacional para garantirmos pessoal com o conhecimento acima da média relativamente a algumas tarefas que temos de executar, por exemplo a ligação,

a condução de entrevistas, a mediação, a negociação que por vezes tem de ser efetuada em Teatros de Operações e que treinamos em todos os exercícios. Chamamos atores reais para fazermos a mediação dentro de um conflito

- 11. Considera que o treino existente na Companhia Geral CIMIC irá facilitar o reconhecimento de toda a força, a aceitação da mesma por parte da população, e a proteção da força num determinado Teatro de Operações?**

**Resposta 11** – Sem dúvida nenhuma, é exatamente para isso que o treino é realizado.

- 12. Considera que os elementos CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável?**

**Resposta 12** – Não tenho dúvidas nenhuma, é necessário é realizar uma grande distinção entre os campos, ou seja, eu necessariamente recolho informações porque estabeleço contacto com as populações. O CIMIC tem que ser encarado como um colaborador e é só neste sentido. Necessariamente recolho sempre informações e no final do dia elaboro os relatórios a enviar ao escalão superior, que para mim essa informação pode até não fazer sentido mas que no Comando da Força se juntarmos a informação das fontes abertas, as informações do HUMINT, as informações das operações psicológicas, tudo reunido, aquilo que hipoteticamente não teria ligação depois quando é visto de um patamar superior pode ter ligações. Mas sim há recolha de informações de fontes abertas, sem fazer perigar o que quer que seja.

**MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO**

# ANEXOS

## Anexo A – Composição e Articulação da Companhia Geral CIMIC

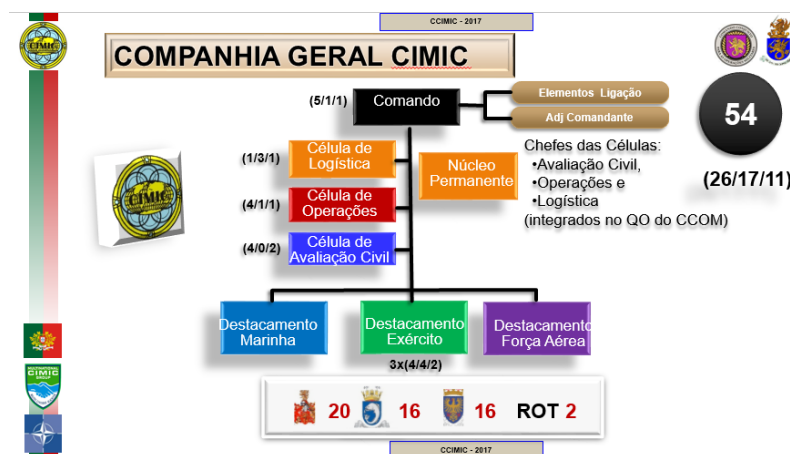
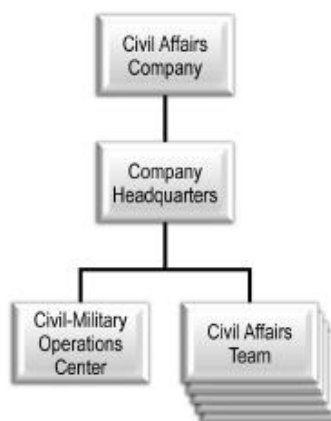


Figura n.º 1 – Composição e Articulação da Companhia Geral CIMIC

Fonte: (CCMIC, 2017)

**Anexo B – Composição e Articulação da Companhia de Assuntos Cívicos dos Estados Unidos da América**



**Figura n.º 2 – Composição e Articulação da Companhia de Assuntos Cívicos dos Estados Unidos da América (Exército Regular)**

**Fonte: (HQDA, 2011)**

**Anexo C – Exemplo de Articulado Possível de um Relatório de Operações Civil-Militar (CMOSITREP)**

A		Endereço, designação, período, referência, outras indicações.
B		Pessoas Deslocadas/Refugiadas – Resumo de dia sobre:
	1	Movimento da População.
	2	Novos deslocados/refugiados localizados.
	3	Apoio prestado a organizações.
	4	Condições dos campos (localizações/capacidade/ % da ocupação/condições).
	5	Outros problemas/preocupações com os deslocados/refugiados.
	6	Avaliação geral, incluindo o impacto nas Operações.
	7	Propostas.
C		Ajuda humanitária – Resumo do dia sobre:
	1	Apoios pedidos.
	2	Apoios fornecidos.
	3	Previsão de futuras necessidades de apoio.
	4	Aptidões necessárias para prestar apoio.
	5	Outros problemas/preocupações.
	6	Avaliação geral, incluindo o impacto nas Operações.
	7	Propostas.
D		Projectos completos, sumário dos detalhes:
	1	Identificação das actividades importantes.
	2	Actividades importantes planeadas.
	3	Maiores actividades realizadas e seu impacte na população civil.
	4	Avaliação total incluindo o impacto na população civil e nas operações.
	5	Propostas/Recomendações.
E		Sumário detalhado da cooperação com as OI/ONG, com as autoridades civis, agências e organizações:
	1	Apoio dado.
	2	Apoio planeado.
	3	Novas OI/ONG.
	4	OI/ONG que vão embora de AOR
F		Sumário detalhado de qualquer outro item de interesse, incluindo resultados.
G		Sumário de actividades futuras planeadas (próximas 72 horas)
H		Conclusões – incluindo:
	1	Consequências provenientes da liberdade de acção e das obrigações legais e morais.
	2	Preocupações maiores.

O CMOSITREP é um relatório diário sendo referido às 19H00 locais, é efetuado pelas forças que se encontram no terreno e tem como finalidade “informar os escalões superiores sobre os assuntos ou acontecimentos ocorridos no período a que se refere” (CITOAP, 2001)



**Anexo D – Exemplo de Articulado Possível de um Relatório de Cooperação Civil-Militar (CIMICREP)**

A		Endereço, designação, período, referência, outras indicações.
B		Coordenação do apoio à nação hospedeira (HNS)/Recursos do país (RP):
	1	Áreas de preocupação.
	2	Situação do apoio da nação hospedeira/recursos do país.
	3	Aquisições de novos apoios da nação hospedeira/recursos do país.
	4	Negociações actuais.
	5	Comentários e propostas.
C		Planeamento civil de emergência (PCE):
	1	Áreas de preocupação.
	2	Acções/medidas do governo civil.
	3	Legislação para emergências.
	4	Controlo da população/protecção/medidas.
	5	Cooperação com as autoridades governamentais.
	6	Apoio militar dado à sociedade civil.
	7	Incidentes que se enquadram no planeamento civil de emergência.
	8	Comentários e propostas.
D		Operações civis-militares (CMO):
	1	Áreas de preocupação.
	2	Cooperação com as autoridades civis e OI/ONG.
	3	Deslocados/refugiados Assistência.
	4	Ajuda humanitária.
	5	Projectos.
	6	Incidentes no âmbito das operações civis-militares.
	7	Comentários e propostas.

O CIMICREP é efetuado diariamente sendo referido às 21H00 locais e elaborado pelos órgãos CIMIC do Comando da Força no TO integrando o conteúdo dos CMOSITREP dos escalões subordinados destinando-se assim, a informar os órgãos dos escalões mais elevados e entidades essenciais sobre a atividade que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito CIMIC em todo o TO (CITOAP, 2001).